

Universidade de Brasília - UnB  
Instituto de Artes – IdA  
Departamento de Música – MUS

REFLEXÕES SOBRE A SEPARAÇÃO DO ITINERÁRIO FORMATIVO NO NÚCLEO DE  
PERCUSSÃO DA ESCOLA DE MÚSICA DE BRASÍLIA

Ricardo de Melo Andrade Coura

Brasília/DF  
2017

Ricardo de Melo Andrade Coura

REFLEXÕES SOBRE A SEPARAÇÃO DO ITINERÁRIO FORMATIVO NO NÚCLEO DE  
PERCUSSÃO DA ESCOLA DE MÚSICA DE BRASÍLIA

Trabalho de Conclusão do Curso de  
Licenciatura em Música pela Universidade  
de Brasília/ UnB. Orientador: Profº. Dr.  
Antenor Ferreira Correa

Universidade de Brasília - Departamento de Música

Brasília/DF

2017

RICARDO DE MELO ANDRADE COURA

REFLEXÕES SOBRE A SEPARAÇÃO DO ITINERÁRIO FORMATIVO NO NÚCLEO DE  
PERCUSSÃO DA ESCOLA DE MÚSICA DE BRASÍLIA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Música da  
Universidade de Brasília - UnB como requisito obrigatório para a obtenção do título de  
Licenciado em Música.

Banca examinadora Orientadora:

---

**Prof. Dr. Antenor Ferreira Correa, UnB/ MUS**

Orientador

---

**Prof. Ms. Ataíde de Matos, Unb/MUS**

---

**Prof. Ms. Alessandro Borges, Unb/MUS**

**Brasília, de 2017.**



**Universidade de Brasília**  
Instituto de Artes  
Departamento de Música

Ato do MUS nº 9/2016

O Chefe do Departamento de Música no uso de suas atribuições resolve:

Instituir comissão composta pelos professores Antenor Ferreira Correa, Ataíde de Matos e Alessandro Borges Cordeiro, sob presidência do primeiro, compor a Banca Examinadora para julgar o Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Música do(a) aluno(a) RICARDO DE MELO ANDRADE COURA, a realizar-se no dia 28 de junho de 2017 nas dependências do Departamento de Música da UnB, trabalho intitulado “Reflexões sobre a separação do itinerário formativo no núcleo de percussão da Escola de Música de Brasília”.

Brasília, 22 de junho de 2017.



**Universidade de Brasília**

Instituto de Artes  
Departamento de Música

**ATA DE DEFESA DE TCC**

**RICARDO DE MELO ANDRADE COURA**

**“Reflexões sobre a separação do itinerário formativo no núcleo de percussão da Escola de Música de Brasília”**

Trabalho de Conclusão de Curso defendido no Departamento de Música, Instituto de Artes, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em sob a orientação do Professor(a) Antenor Ferreira Correa, segundo o Ato 9/2017 do dia 22 de junho de 2017, que nomeou banca de avaliação.

Brasília, 22 de junho de 2017.

Antenor Ferreira Correa

Ataíde de Matos

Alessandro Borges Cordeiro

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho à minha esposa, amiga, confidente e orientadora Iris, pois seu amor me levou até o fim deste curso. Aos meus filhos, Victor, Mariana, Luíza e Rafael. Meu amor por eles é o motivo para eu batalhar todos os dias.

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus professores, mentores e orientadores na música. Aos meus amigos e colegas da graduação e do cotidiano na música.

## RESUMO

Este trabalho tem a finalidade de investigar as separações dos itinerários formativos em Popular e Erudito ocorrido dentro do Núcleo de Percussão no âmbito do Centro de Ensino Profissional da Escola de Música de Brasília – CEP/EMB. Assim, pretendo compreender os desdobramentos desses itinerários separados na formação dos estudantes e no dia-a-dia da escola, pois o Núcleo de Percussão compreende os instrumentos Bateria e Percussão Popular (que estão inseridos no curso de Música Popular) e Percussão Erudita (compreendido no curso de Música Erudita).

A metodologia utilizada valeu-se de entrevistas nas formas estruturadas e semi-estruturadas, de levantamento bibliográfico sobre a legislação brasileira e de posterior confronto entre esses dados coletados. Desse modo, pretendi trazer o ponto de vista dos corpos discente e docente com respeito a essa dicotomia, e também apresentar uma pequena reflexão crítica dessa situação.

**Palavras - chave:** *Legislação escolar, EMB, Formação Profissional, Nucleo de Percussao*

## ABSTRACT

This work has the purpose of investigating the separations of the formative itineraries in Popular and Scholar that took place within the Percussion Center within the scope of the Vocational Education Center of the School of Music of Brasília - CEP / EMB. Thus, I intend to understand the unfolding of these separate itineraries in the training of students and in the daily life of the school, since the Percussion Center comprises the Drums and Popular Percussion instruments (which are included in the Popular Music course) and Erudite Percussion (understood In the course of Erudite Music).

The methodology used was based on interviews in the structured and semi-structured forms, bibliographical survey on the Brazilian legislation and subsequent comparison between these data collected. In this way, I wanted to bring the point of view of the student and teacher bodies regarding this dichotomy, and also present a small critical reflection of this situation.

**Keywords:** *Educational legislation, EMB, Vocational Training, Percussion Nucleus*



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	pág. 10
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 1 - PANORA HISTÓRICO</b>	pág. 12
	2.1 Centro de Educação Profissional - Escola de Música de Brasília (CEP – EMB)	
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 2 – A LEGISLAÇÃO</b>	pág. 14
	3.1 A constituição Federal	
	3.2 O que traz a LDB	
	3.3 Catálogo Nacional de Cursos Técnicos	
	3.4 Regimento escolar Centro de Educação Profissional Escola de Música de Brasília	
	3.5 O Projeto Político Pedagógico do CEP/EMB	
	3.6 Sobre os itinerários formativos para os Cursos de Música Popular e Erudita dentro do Núcleo de Percussão.	
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA</b>	pág. 37
<b>5</b>	<b>CAPÍTULO 4 - CONFRONTO DOS DADOS COLETADOS DAS ENTREVISTAS COM A LEGISLAÇÃO</b>	pág. 42
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS</b>	pág. 56

## INTRODUÇÃO

Como alinhar a(s) minha(s) escolha(s) profissional (ais) com a realidade do mundo do trabalho? Quem está em um curso de música no Centro de Ensino Profissional Escola de Música de Brasília - CEP/EMB certamente em algum momento já fez essa reflexão. Desse modo, minha investigação neste trabalho será realizada no âmbito do Núcleo de Percussão do CEP/EMB, de onde pretendo realizar uma reflexão em razão dos itinerários formativos separados em cursos de música em Popular e Erudita, tendo em vista o futuro mercado de trabalho dos alunos desta instituição de ensino.

Em vista disso pergunto: como a legislação sobre o ensino profissional reverbera no dia-a-dia no Núcleo de Percussão? Dentro da organização curricular regular o estudante deve somente cursar um itinerário formativo por vez (Popular ou Erudito)?

Como os professores se enxergam neste processo? Que tipo de profissional da percussão eles esperam formar sob esta ótica especialista? As experiências em mais de uma competência instrumental (bateria e percussão) ou saberes (popular e erudito) são fundamentais para formação e futura atuação no mundo do trabalho? Como os estudantes já formados pelo CEP/EMB estão atuando no mercado musical? Quais são as demandas do mercado de trabalho para essa especialidade instrumental? Qual a importância de um certificado profissional, para um estudante dentro do mundo do trabalho? Estas são as perguntas que pretendo investigar no percurso do trabalho.

Minha formação dentro dessa instituição (CEP/EMB) e minha atuação dentro do mundo do trabalho provocaram meus questionamentos, visto que tive a oportunidade de me formar em mais de um instrumento. Os estudantes que entrevistei para este relato foram aqueles que esperam atuar no mercado profissional e que são regulares no curso básico e técnico em percussão erudita, bateria e percussão popular.

Dentro do corpo textual do trabalho, tento traçar um perfil breve das leis, diretrizes e currículos que organizam os cursos profissionais com a intenção de compreender os caminhos legais que regem as práticas educativas dentro do CEP/EMB, no Núcleo de Percussão.

Por meio de entrevistas, trago a visão dos estudantes, professores e formandos dos cursos de Bateria, Percussão Popular e Erudita, sobre itinerário formativo separado dentro do Núcleo de Percussão e as suas conseqüências.

Uma vez apresentado o panorama, tento estabelecer um confronto entre os apontamentos feitos pelos estudantes e professores a partir da realidade escolar com o que está disposto nas leis.

Pretendo assim, compreender as discrepâncias e concordâncias entre o real da prática de sala de aula e o textual trazendo algumas reflexões sobre os itinerários formativos e os currículos na formação dos estudantes e o dia-a-dia da instituição, aprendendo mais sobre o CEP/EMB e a sua realidade dentro âmbito Núcleo de Percussão.

## CAPÍTULO 1 - PANORA HISTÓRICO

### **Centro de Educação Profissional - Escola de Música de Brasília (CEP – EMB)**

O surgimento da Escola de Música de Brasília (EMB) se deve das iniciativas do Maestro *Levino de Alcântara* no Centro de Ensino Médio Ave Branca (CEMAB), REB Rádio Educadora de Brasília e de *Reginaldo Carvalho* nos Estudos Musicais Villa-Lobos (CEMVL) e Centro de Ensino Médio Elefante Branco (CEMEB) entre os anos de 1961 e 1962. É deste período também a fundação do coral Madrigal de Brasília em atividade até dias de hoje.

Por meio da Resolução nº 33/71 (73) foi oficializada a Escola de Música de Brasília (EMB), tendo então Levino de Alcântara como seu primeiro diretor até 1985. Ainda em seus anos iniciais, sua sede passou pela quadra 906-B Sul, Módulo 7/9 à Av. W5, em um pequeno prédio que pertencia à Igreja Presbiteriana Nacional e depois, no prédio da Comunhão Espírita, na avenida L-2 Sul.

Somente em 1974 sua sede definitiva foi construída, cuja inauguração se deu a 11 de março deste mesmo ano, na SGA/Sul Quadra 602, Projeção “D” Parte “A”, Brasília – D. Local onde se encontra até os dias atuais.

Por seu perfil na gênese de sua formação, os cursos oferecidos – instrumento e voz - na EMB tinham em seu foco principal o âmbito da música erudita. Durante a gestão de 21 anos do Maestro Levino, os cursos eram regidos na antiga LDB (lei nº 5.692/71) donde a organização pedagógica se dava de acordo com as faixas etárias: Musicalização de estudantes a partir de sete anos de idade, Infanto-juvenil (PP-Pré-profissional), cursos Técnicos Profissionais (matutino e vespertino, instrumental e vocal) e para estudantes maiores de dezoito anos curso de CM - Cultura Musical (noturno).

O foco principal da educação era a criação de orquestras e a difusão da música erudita, menos acessível ao público em geral.” (PPP CEP – EMB, 2016).

Vale destacar que o núcleo formador da hoje Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro - OSTNCS, foi a partir da antiga Orquestra da EMB.

Durante as duas gestões (1985-1987 e 1998 – 2010) do Etnomusicólogo Carlos

Galvão, foram implementadas reformas pedagógico-administrativa, mudanças em denominações, prioridades, organização e formalizações de atividades de ensino e de produção musical. Dentre as principais reformas, destaco estas que tem importância para a contextualização deste trabalho:

- Criação dos cursos de Musicalização Infantil e de Musicalização Juvenil/Adultos e os cursos Técnicos Profissionais;
- Implantação do **Núcleo de Música Popular**, com os cursos de viola caipira, violão popular, teclados, bateria, baixo elétrico, saxofone e arranjos, até então inexistentes;
- Criação dos **Núcleos de Percussão**, de Informática Aplicada, de Música de Câmara, de Música Contemporânea, de Regência e de Musicografia Braille.
- Criação do Núcleo de Tecnologia em Música, que oferece tecnologias aplicadas à música, composição musical e arranjos por meio de softwares e técnicas de gravação e sonorização de espetáculos;
- Em 1999, a EMB, tendo atualizado seus programas, registrou no MEC 36 cursos de Educação Profissional de nível Técnico de acordo com a nova LDB, Lei 9394/ e o decreto 2.208/97, quando passou a ser denominada de CEP/EMB, Centro de Educação Profissional Escola de Música de Brasília. Além desses cursos técnicos, também manteve 58 cursos de nível básico (Ibid);
- Em 2000, a escola aderiu ao PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional, que teve a duração de seis anos.

Dando continuidade a gestão anterior, Jonatas Correia assume o cargo em razão do falecimento de Carlos Galvão, e finaliza a reforma curricular do Curso Básico.

A necessidade desta descrição histórica e cronológica se dá para relatar sobre a criação do Núcleo de Percussão compreendendo os instrumentos da percussão erudita, popular e bateria e também para situar historicamente sobre as reformas curriculares ocorridas no CEP/EMB.

## **CAPÍTULO 2 – A LEGISLAÇÃO**

Neste capítulo, vou me ater somente à legislação mais recente acerca do ensino profissional trazendo uma breve descrição, de como a constituição trata a educação, a LDB, o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, bem como os itinerários formativos, PPP, regimento interno no âmbito da Escola de Música de Brasília com a intenção de contextualizar estes dispositivos e fundamentar as considerações apresentadas neste trabalho.

### **A constituição Federal**

A educação, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil em sua 35ª edição, deve ser um direito de todos, dever para o Estado e para a família, sendo “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (Constituição Federal, Capítulo III, Seção I pág. 121)

### **O que traz a LDB**

A Lei de Diretrizes e Bases para educação, promulgada em 1996 e atualizada em 2016 por meio da Medida Provisória nº746, traz no seu corpo textual as definições formativas dos itinerários previstos para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, além de outras modalidades do ensino.

Dentro da modalidade de ensino profissional, a lei vincula esta modalidade ao ensino médio e define a bases para realizações das mesmas, direcionando os princípios gerais da educação e suas finalidades.

No seu artigo 1, inciso 2, a LDB define que a educação “deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (LDB, pág. 4), logo prevê que a formação para o absorção pelo mundo do trabalho como uma finalidade real do ato educativo. LDB observa também que o ato de educar deve compreender as dimensões da família, convivência humana, trabalho, pesquisa, movimentos sociais e organizações da sociedade civil e as *manifestações culturais*.

O ensino será ministrado de acordo com as bases previstas no artigo 3, donde o ensino deve contemplar a “Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;[...] a [...]Vinculação entre a educação escolar, o

trabalho e as práticas sociais[...] e [...]valorização do profissional da educação escolar”(LDB, pág.5).

Dentro do corpo textual da LDB, na descrição das modalidades de ensino, em seu artigo 21 a educação escolar compõe-se em: Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação superior.

Como uma das finalidades para o Ensino médio, a LDB trata dentro da seção IV, Artigo 35, subitem - II como uma “preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (LDB, pág. 18).

Na seção IV – A, que trata da educação profissional de nível médio, no seu Artigo 36 – A, a LDB estabelece que o “ensino médio, atendida a formação geral do educando” deve “prepará-lo para o exercício de profissões técnicas” (LDB, pág. 21).

Quanto a seu desenvolvimento, educação profissional técnica de nível médio pode ser articulada com o ensino médio ou Subseqüente em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio. (LDB, Artigo 36º- B, itens I e II. pág. 21).

No capítulo III, a LDB traz as diretrizes para Educação Profissional e Tecnológica, donde a sua redação foi dada a partir da Lei nº 11.741, de 2008. Sendo esta forma de ensino então, com um dos objetivos da educação nacional. Logo, integrando-se “aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (LDB, Art. 39º, pág. 23).

Quanto à organização dos cursos de educação profissional e tecnológica, estes podem ser dispostos por meio de eixos tecnológicos, que possibilitem a construção de diferentes itinerários formativos, observando as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

A educação profissional e tecnológica deve abranger os cursos<sup>1</sup> de Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional<sup>2</sup>, de educação profissional técnica de

---

<sup>1</sup> Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008

<sup>2</sup> Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008

nível médio<sup>3</sup> e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação<sup>4</sup>. (LDB, inciso 2, itens i, ii e iii, pág. 23) .

Os cursos de educação profissional e tecnológica devem observar aquilo que está disposto como diretrizes curriculares pelo Conselho Nacional de Educação no que estabelece como seus objetivos, suas características e duração. (LDB, inciso 3, pág. 23)

Esta modalidade de educação profissional pode ser desenvolvida em “articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.” (LDB, artigo 40, pág. 23)

Quanto aos conhecimentos adquiridos na educação profissional e tecnológica, estes serão avaliados a fim de habilitar o estudante no prosseguimento dos estudos ou na conclusão por meio de certificação. (LDB, artigo 41, pág. 23)

Quanto à validação nacional da diplomação dos cursos de educação profissional, este artigo aparece revogado de acordo com o estabelecido pela Lei nº 11.741, de 2008.

O CEP/EMB pode ser classificado como uma instituição de “Educação Profissional e Tecnológica”, já que trabalha especificamente com a área de conhecimento das artes, linguagem: música. Onde oferece curso de formação inicial e continuada, de educação profissional técnica de nível médio e qualificação profissional.

### **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**

O Catálogo Nacional de Cursos técnicos (CNCT), em sua 3ª edição de 2016, vem como instrumento disciplinador na oferta de cursos de educação profissional de nível médio.

Ele orienta e estabelece os referenciais nacionais para as instituições, estudantes e sociedade no planejamento dos cursos de qualificações profissionais e respectivas especializações em nível médio.

Este catálogo foi instituído por meio da portaria do MEC nº 870, de 16 de julho de 2008, com base no Parecer CNE/CEB nº 11/2008 e na Resolução CNE/CEB nº

---

<sup>3</sup> Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008

<sup>4</sup> Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008



3/2008, e sua atualização é feita periodicamente para contemplar novas demandas sócio educacionais.

Esta edição contém as denominações dos cursos e seus treze eixos tecnológicos bem como as respectivas cargas horárias mínimas, o perfil profissional de conclusão, a infraestrutura mínima requerida, os campos de atuação, as ocupações associadas à Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), as normas associadas ao exercício Profissional, às possibilidades de certificação intermediária em cursos de qualificação profissional, de formação continuada em cursos de especialização e de verticalização para cursos de graduação no itinerário formativo.

Dentro do CNCT, encontram-se os 227 cursos agrupados em eixos tecnológicos e suas respectivas caracterizações. Para a música, temos relacionados os seguintes cursos<sup>5</sup> técnicos e a sua qualificação profissional: *Técnico em Documentação Musical*, *Técnico em Composição e Arranjo*, *Técnico em Fabricação de Instrumentos Musicais*, *Técnico em Instrumento Musical* e *Técnico em Regência*.

Para este trabalho, vou trazer somente a descrição presente no CNCT para o curso de *Técnico em Instrumento Musical* (CNTC, pág. 189), pois trato especificamente da formação em instrumento musical no Núcleo de Percussão<sup>6</sup>.

<b>TÉCNICO EM INSTRUMENTO MUSICAL<sup>7</sup></b>
Carga horária de mínima – 800 horas
<b>PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO</b>
<i>Desenvolve atividades de performance instrumental, em grupo ou como solista, em concertos, recitais, shows, eventos, programas de rádio e televisão e gravações. Aperfeiçoa as qualidades técnicas de execução e interpretação. Desenvolve leitura à primeira vista. Realiza estudos de improvisação musical como prática de investigação e composição. Desenvolve fundamentos de percepção musical considerando elementos rítmicos, melódicos e harmônicos da música.</i>
<b>CAMPO DE ATUAÇÃO</b>
<i>Bandas. Orquestras. Conjuntos de música popular. Grupos de câmara. Bandas Militares. Estúdios de gravação. Rádio, televisão e espaços alternativos de interação social, lazer e cultura.</i>
<b>INFRAESTRUTURA MÍNIMA REQUERIDA</b>
<i>Biblioteca e videoteca com acervo específico e atualizado. Salas para estudos</i>

<sup>5</sup> Estes cursos se encontram descritos dentro eixo tecnológico de produção cultural e design.

<sup>6</sup> Bateria, percussão popular e erudita.

<sup>7</sup> Curso também ofertado pela Marinha do Brasil, pelo Exército Brasileiro e pela Aeronáutica.

<i>individuais e coletivos, ensaios e apresentações. Instrumentos correspondentes à formação.</i>
<b>OCUPAÇÕES CBO ASSOCIADAS</b>
Não especificada
<b>NORMAS ASSOCIADAS AO EXERCÍCIO PROFISSIONAL</b>
Lei nº 3.857/1960. <sup>8</sup>
<b>POSSIBILIDADES DE CERTIFICAÇÃO INTERMEDIÁRIA EM CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO ITINERÁRIO FORMATIVO</b>
<i>Confeccionador de Instrumentos de Corda. Confeccionador de Instrumentos de Percussão. Confeccionador de Instrumentos de Sopro.</i>
<b>POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO CONTINUADA EM CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO TÉCNICA NO ITINERÁRIO FORMATIVO</b>
<i>Especialização técnica em percepção musical. Especialização técnica em manutenção de instrumentos musicais. Especialização técnica em composição e arranjo. Especialização técnica em regência. Especialização técnica em fabricação de instrumentos musicais.</i>
<b>POSSIBILIDADES DE VERTICALIZAÇÃO PARA CURSOS DE GRADUAÇÃO NO ITINERÁRIO FORMATIVO</b>
<i>Curso superior de tecnologia em produção fonográfica. Bacharelado em instrumento musical. Bacharelado em música. Licenciatura em música.</i>

No intuito de compreender as citações sobre os cursos de Formação Inicial e continuada – FIC que serão relatadas neste trabalho por meio do regimento interno do CEP/EMB, no PPP do CEP/EMB e nos Planos de cursos instrumentais Popular e Erudito, trago o que está descrito no Guia Pronatec para os Cursos FIC<sup>9</sup> para a Educação Profissional Técnica de 2016.

Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado por meio da Lei 12.513/2011, tem como um dos seus objetivos a expansão e democratização dos cursos Técnicos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Procura fomentar a ampliação da rede física de atendimento da Educação Profissional e Técnica e também contribuir na melhoria da qualidade do ensino médio público o articulando-o com a educação profissional. (Guia Pronatec de Cursos FIC<sup>10</sup>, pág. 5).

<sup>8</sup> Cria a Ordem dos Músicos do Brasil e Dispõe sobre a Regulamentação do Exercício da Profissão de Músico e dá outras Providências.

<sup>9</sup> Portaria MEC nº 12/2016

<sup>10</sup> Guia Pronatec de Cursos FIC primeira edição/2011

A principal característica de um curso FIC é a de sua duração ser de no mínimo 160 horas e dividido em 12 eixos tecnológicos, conforme o que está descrito dentro do Guia Pronatec de Cursos FIC<sup>11</sup> na página 17. Logo este pode ser dimensionado tanto no processo da formação continuada com na qualificação profissional em uma habilidade específica, pela a sua possibilidade de ser também um curso de curta duração.

Segundo o Portal do MEC o Pronatec oferece cursos técnicos<sup>12</sup>, “para quem está cursando ou já possui o ensino médio, e cursos de qualificação profissional (formação inicial e continuada – FIC), de escolaridade mínima variada.”(Portal do MEC<sup>13</sup>, 2017)

No Guia, dentro do eixo tecnológico Produção Cultural e Design, estão descritos cursos FIC's para qualificação profissional em música. Os cursos FIC em música são: *Músico de Banda, Músico de Orquestra, Confeccionador de Instrumentos de Corda, Confeccionador de Instrumentos de Percussão, Confeccionador de Instrumentos de Sopro, Regente de Banda e Regente de Coral.*

Abaixo apresento a descrição presente no Guia Pronatec dos cursos FIC<sup>14</sup> para *Músico de Banda* e *Músico de Orquestra* (Guia Pronatec de Cursos FIC, pág. 159), pois julgo relevante para o este trabalho:

<b>Músico de Banda</b>
<b>Carga Horária:</b> 200 Horas
<b>Código do Curso:</b> 264095
<b>Eixo Tecnológico:</b> Produção Cultural e Design
<b>Escolaridade Mínima:</b> Ensino Fundamental I (1º a 5º) - Completo
<b>Perfil Profissional:</b> Compreende harmonia, ritmo, melodia, interpretando repertórios com técnica musical adequada para a prática coletiva de diferentes instrumentos musicais para bandas sinfônicas, bandas marciais, fanfarras, big bands e conjuntos de música popular em geral.
<b>Idade:</b> Não especificado
<b>Outros pré-requisitos:</b> Não especificado
<b>Ocupações Associadas (CBO):</b> Não especificado
<b>Observação:</b> Não especificado

<sup>11</sup> Guia Pronatec de Cursos FIC quarta edição/2016

<sup>12</sup> Cursos previstos no CNCT (Catálogo Nacional de Cursos Técnicos)

<sup>13</sup> <http://portal.mec.gov.br/pronatec/cursos-pronatec>

<sup>14</sup> Quarta edição/2016

<b>Músico de Orquestra</b>
<b>Carga Horária:</b> 160 Horas
<b>Código do Curso:</b> 273089
<b>Eixo Tecnológico:</b> Produção Cultural e Design
<b>Escolaridade Mínima:</b> Ensino Fundamental II (6º a 9º) - Incompleto
<b>Perfil Profissional:</b> Compreende harmonia, ritmo, melodia, interpretando repertórios com técnica musical adequada para a prática coletiva de diferentes instrumentos da música clássica.
<b>Idade:</b> Não especificado
<b>Outros pré-requisitos:</b> Não especificado
<b>Ocupações Associadas (CBO):</b> Não especificado
<b>Observação:</b> Não especificado

### **Regimento escolar Centro de Educação Profissional Escola de Música de Brasília**

Logo de início, no texto do regimento interno, o artigo 3º define a finalidade da instituição que é de oferecer “Educação Profissional por meio de cursos Técnicos de Nível Médio, de Especialização Técnica e de Formação Inicial e Continuada (FIC)”. Deixando clara sua principal vocação: O ensino profissional.

Temos no artigo 4º as adaptações dos instrumentos legais norteados os documentos curriculares do CEP/EMB. No texto, é determinada como a missão do CEP/EMB de “promover a educação musical, formação para trabalho vida e sociedade,” [...] “em um ambiente favorável ao diálogo” [...] “ao pluralismo de idéias e de princípios pedagógicos, de modo a desenvolver o conhecimento musical, as atividades artísticas e criativas” (Regimento Escolar CEP/EMB pág. 6).

Estimular a criatividade artística no exercício da profissão de músico, bem como desenvolver o pensamento crítico, a ética e boa conduta social, respeitando a diversidade no exercício da profissão. Estas são as competências que o CEP/EMB pretende desenvolver na sua missão.

O tratamento que o regimento interno dá aos níveis, modalidades e etapas de ensino oferecidas pelo CEP/EMB, aparecem na seguinte forma:

- Educação básica: A escola deve promover o desenvolvimento integral do estudante no exercício da cidadania, trabalho e continuidade nos estudos;

- Educação profissional: O ensino deve ser pautado na ética, cidadania e direitos humanos, no sentido de se apropriar de fundamentos sociais, científicos e tecnológicos para o exercício profissional no mundo trabalho e inserção no mundo do trabalho, bem como preparar para continuidade nos estudos;

É importante salientar esses pontos, pois estes apontam para uma função da escola que vai para além de paramentar o estudante com conhecimentos técnicos e para o trabalho, mas visa formar um cidadão atuante, reflexivo e consciente para exercer seu papel de contribuinte para uma sociedade mais justa e igualitária.

Como justificativa para os planejamentos dos cursos, os parâmetros curriculares adotados para as modalidades de ensino profissionais oferecidas no CEP/EMB, devem estar em concordância com o Catálogo Nacional de Cursos técnicos (CNCT) e coerentes com o Projeto Político Pedagógico – PPP da Escola de Música.

Os cursos ofertados no CEP/EMB são de Educação Profissional Técnica de nível médio com habilitação profissional em música, de acordo com que é determinado no artigo 57º da seção I de trata da educação profissional no regimento interno da escola de música.

O artigo 60º do regimento interno trata da forma de oferta dos cursos profissionais a partir do ponto vista do universo musical e da economia criativa, sendo:

1. Formação Inicial e Continuada (FIC);
2. Educação Profissional Técnica de nível médio;
3. Especialização Técnica de nível médio

Tais formas de educação profissional estão previstas tanto na LDB nº 9.394.

Quanto à faixa etária, tratada anteriormente, o CEB/EMB oferece cursos de iniciação instrumental e de Básico instrumental a partir de 15 anos em diante .

A organização dos cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) são de um a três módulos, dependendo do curso, sendo que cada módulo compreende dois semestres consecutivos.

A destinação dos cursos de FIC's são para qualificação profissional de estudantes que possuem, ou não, conhecimentos prévios em música de acordo com o curso ofertado.

Quanto à certificação, o estudante será diplomado mediante aprovação na Formação inicial e Continuada, sendo conferido seus respectivos certificados .

No artigo 64º, que trata da certificação, o primeiro inciso me chamou a atenção quanto à investigação dos itinerários formativos separados em *Popular* e *Erudito* e as possibilidades destes não ocorrerem em cursos simultâneos, ou seja, o aluno deverá cursar somente um instrumento por vez:

§ 1º A certificação de conclusão do curso ao qual o estudante está matriculado implica no seu desligamento desta unidade escolar, podendo o mesmo pleitear nova matrícula, em algum dos demais cursos do CEP/EMB, devendo para isso submeter-se a novo processo de seleção. (Regimento Escolar CEP/EMB pág. 23).

A minha impressão foi que ao sinalizar que o estudante na “conclusão do curso” (e não os “cursos”) estaria desligado da unidade escolar, indica então, que só se pode fazer apenas um curso de cada vez, ou seja, somente um itinerário formativo, *Popular* ou *Erudito*. Um curso, uma matrícula.

Minha suspeita se reforça quando o § 1º preconiza que para pleitear uma nova matrícula nos demais cursos, o estudante deve passar por um novo processo de seleção.

Dentro capítulo II na seção I, que trata das informações sobre a seleção pública para ingresso de estudantes no CEP/EMB e da matrícula, o regimento determina no seu artigo 175º que “ao estudante é permitido efetuar apenas uma única matrícula por vez, não podendo freqüentar simultaneamente mais de um curso no CEP/EMB.” (Regimento Escolar CEP/EMB pág. 49).

No artigo 176º, determina que caso o estudante queira trocar de curso, deverá “submeter-se a novo processo de seleção” (Regimento Escolar CEP/EMB pág. 49) e que em parágrafo único, “caso o estudante venha” [...] “a ser aprovado, poderá efetuar nova matrícula no curso para o qual foi selecionado, sendo automaticamente cancelada a matrícula anterior.” (Regimento Escolar CEP/EMB pág. 49). Ou seja, somente é permitida uma matrícula por curso.

Um ponto a destacar é que não vi em minhas leituras do regimento interno, a expressão “segunda opção instrumental” - ou algo que semelhante – prevendo essa possibilidade portando, minha suspeita até agora é que, após esta análise inicial do regimento interno, a segunda opção instrumental não está prevista, visto que durante meu período de estudante no CEP/EMB eu pude cursar uma segunda opção instrumento.

Logo, minha conclusão até aqui, de acordo com regimento interno e os dispositivos legais, é que o estudante somente poderá matricular-se em uma opção instrumental, um itinerário formativo, um curso de cada vez. Não se permite uma segunda opção de curso, ou o aluno está no Popular ou está no Erudito.

Portanto, o estudante de percussão poderá cursar apenas o curso de bateria, ou de percussão popular ou de percussão erudita.

Dando continuidade ao trabalho, vou tratar em seguida do Projeto Político Pedagógico do CEP/EMB.

### **O Projeto Político Pedagógico do CEP/EMB**

O motivo para dar continuidade às descrições, agora trazendo o projeto político pedagógico, é para compreender se há ou não discordância entre o regimento interno da escola de música e o PPP. Conforme o que está disposto no próprio regimento interno, os documentos devem estar em concordância com os objetivos.

Em seu texto de apresentação, o projeto político pedagógico do CEP/EMB relata ser esse documento fruto do esforço dos profissionais de educação da escola, da comunidade escolar e servidores no sentido de “captar suas necessidades, valores, posicionamentos e concepções.” (PPP/CEP/EMB pag. 4) em concordância com que está previsto na LDB estabelece a autonomia das instituições de ensino na composição dos seus projetos políticos.

A concepção do documento é como algo inacabado. O PPP é declarado “como não” [...] “definitivo, ao contrário, tem um caráter dinâmico, possibilitando mudanças que o aperfeiçoe durante a caminhada na ação educativa que desejamos realizar.”(PPP/CEP/EMB pag. 4)

O PPP traz a definição de que música é “muito mais que um acompanhamento” e que o estudante dos cursos profissionais do CEP/EMB devam ser capazes perceber o

mundo do trabalho e as artes e possam adquirir uma “boa bagagem cultural” que os façam “desenvolver plenamente todas as suas potencialidades e transitar entre as diferentes propostas artístico-profissionais” (PPP/CEP/EMB pág. 23).

Estas observações no texto do PPP evidenciam a concordância com o regimento interno nos objetivos de oferecer cursos que não só preparem para o mundo do trabalho, mas que formem profissionais capazes e exercer a cidadania e preparados para “desenvolver o conhecimento musical, as atividades artísticas e criativas” (Regimento Escolar CEP/EMB pág. 6).

A preocupação com a inserção dos estudantes em um mundo do trabalho que demanda por um profissional da música que consiga articular, no exercício de sua profissão, as novas tecnologias, o fazer artístico e as competências técnicas específicas de sua área instrumental/vocal é exposta ao mencionar que um dos objetivos do CEP/EMB é oportunizar espaços onde os estudantes possam laborar esse(s) “Conhecimento” [...] “sem os quais o artista se distancia irremediavelmente do seu o espaço de atuação profissional.”(PPP/CEP/EMB pág. 23)

Dentro desses espaços laborais de ensino-aprendizagem, sob óptica do PPP, a relação entre professores e estudantes é de facilitar as aprendizagens, que auxiliem na realização das experiências num processo de mediação de conteúdos entre professores e estudantes.

Como objetivos gerais o PPP se alinha com o regimento interno nas questões da formação de profissionais técnicos de nível médio que sejam capazes de atuar no mundo do trabalho local e regional, qualificando e re-qualificando jovens e trabalhadores “para atuarem nos níveis intermediários do processo de produção nas áreas de atuação do CEP/EMB” (PPP/CEP/EMB pág. 23) e promover a certificação profissional técnica.

As modalidades de ensino profissional dispostas no regimento interno, instituídas e definidas por meio do que está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, compreendem a Formação Inicial e Continuada (FIC), educação profissional técnica de nível médio e especialização técnica de nível médio.

Os objetivos específicos trazem uma clara preocupação em formar um profissional não apenas tecnicista, mas um profissional capaz de exercer com



qualidade suas atribuições atento as demandas de um mercado diverso, onde ele possa contribuir para uma sociedade mais justa, difundido a arte musical.

Na descrição na forma de organização de ensino temos a descrição dos cursos de FIC, donde “os cursos” [...] “destinam-se à qualificação, requalificação e reprofissionalização, voltadas à formação musical tanto de estudantes sem conhecimento musical prévio quanto para quem já tenha iniciação musical.” (PPP/CEP/EMB pág. 25)

A definição de cursos de FIC são aqueles destinados a qualificação profissional e não são condicionados a uma escolaridade prévia e que podem ser de curta duração em um único módulo, ou na forma seqüencial.

Estes cursos tem como pressuposto a inserção do estudante na educação profissional técnica de nível médio, preparando para a execução instrumental/vocal e “domínio teórico-musical, em conformidade com as exigências da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do CEP/EMB” (PPP/CEP/EMB pág. 25).

São oferecidos 36 cursos FIC's pelo CEP/EMB na forma seqüencial, nas áreas instrumental, vocal e de tecnologia em música.

Na área instrumental e vocal temos os cursos de Formação Inicial e Continuada relacionados na tabela abaixo:

Área de Formação	Nome do Curso
	Curso de Acordeom
	Curso de Alatide
	Curso de Bandolim
	Curso de Bateria
	Curso de Bombardino
	Curso de Canto Erudito
	Curso de Canto Popular
	Curso de Cavaquinho
	Curso de Clarineta
	Curso de Contrabaixo Acústico
	Curso de Contrabaixo Acústico Popular
	Curso de Contrabaixo Elétrico
	Curso de Cravo
	Curso de Fagote
	Curso de Flauta Doce
	Curso de Transversal
	Curso de Gaita Cromática
	Curso de Guitarra
	Curso de Harpa
	Curso de Oboé
	Curso de Percussão Erudita
	Curso de Percussão Popular
	Curso de Piano Erudito
	Curso de Piano Popular
	Curso de Saxofone
	Curso de Trombone

	Curso de Trompa
	Curso de Trompete
	Curso de Tuba
	Curso de Viola Caipira
	Curso de Viola Clássica
	Curso de Viola da Gamba
	Curso de Violão Erudito
	Curso de Violão Popular
	Curso de Violino
	Curso de Violoncelo

Figura 1 – De cursos FIC/Instrumental e vocal

Quanto aos tipos de cursos de educação profissional de nível médio ofertados, estes estão na forma de presenciais concomitantes e subseqüentes ao ensino médio e fundamental.

A tabela abaixo apresenta os cursos oferecidos na formação técnica instrumental:

<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Cordas Friccionadas:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Técnico em Instrumento Musical/Contrabaixo</li> <li>– Técnico em Instrumento Musical/Viola</li> <li>– Técnico em Instrumento Musical/Violino</li> <li>– Técnico em Instrumento Musical/Violoncelo</li> </ul> </li> <li>• <b>Cordas Dedilhadas</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Técnico em Instrumento Musical/Harpa</li> <li>– Técnico em Instrumento</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Percussão</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Técnico em Instrumento Musical/Percussão erudita</li> </ul> </li> <li>• <b>Música Antiga</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Técnico em Instrumento Musical/Alaúde</li> <li>– Técnico em Instrumento Musical/Cravo</li> <li>– Técnico em Instrumento Musical/Flauta Doce</li> <li>– Técnico em Instrumento Musical/Viola da Gamba</li> </ul> </li> <li>• <b>Música Popular</b></li> </ul>
--	---

Musical/Violão Erudito - Técnico em Instrumento Musical/Piano • <b>Sopros</b> - Técnico em Instrumento Musical/Clarinetas - Técnico em Instrumento Musical/Fagote - Técnico em Instrumento Musical/Flauta Transversal - Técnico em Instrumento Musical/Oboé - Técnico em Instrumento Musical/Saxofone - Técnico em Instrumento Musical/Trompete - Técnico em Instrumento Musical/Trompa - Técnico em Instrumento Musical/Trombone - Técnico em Instrumento Musical/Tuba	- Técnico em Instrumento Musical/Bandolim - Técnico em Instrumento Musical/Bateria - Técnico em Instrumento Musical/Contrabaixo Elétrico - Técnico em Instrumento Musical/Guitarra - Técnico em Instrumento Musical/Piano Popular - Técnico em Instrumento Musical/Viola Caipira - Técnico em Instrumento Musical/Violão Popular - Técnico em Instrumento Musical/Violão Sete Cordas
--	---

Figura 2 – Cursos técnicos Instrumental

Os 36 (trinta e seis) cursos de nível técnico ofertados são divididos em 31 (trinta e um) para área de instrumento musical (popular e erudito), 2 (dois) para canto (erudito e popular) e 1(uma) para a área de Áudio/Gravação e 2 (duas) para a área de Musicografia (Musicografia Digital e Musicografia Braille).

A primeira vez em que aparece textualmente no PPP a idéia de separação entre os cursos de música popular e de música erudita:

“Estes cursos assumem linhas de formação distintas de acordo com os instrumentos musicais eleitos para a formação.” (PPP/CEP/EMB, pag. 30).

Ou então o que está previsto dentro da área vocal, conforme a figura abaixo:

#### 4.2.2 Cursos da Área Vocal

- |   |   |
|---|---|
| • <b>Música Erudita</b><br>- Técnico em Canto (Erudito) | • <b>Música Popular</b><br>- Técnico em Canto (Popular) |
|---|---|

Figura 3 – demonstrativo de possível separação formativa

Não entrarei em detalhes sobre os cursos de áudio/gravação e musicografia, pois para este trabalho pretendo salientar o Núcleo de Percussão em que seus instrumentos então inseridos categoria de área instrumental. Quanto à observância na

área vocal, essa se deu apenas para ilustrar uma possível separação de cursos em popular e erudito dentro do corpo textual do PPP.

Um ponto importante que apareceu nas leituras é que se encontram 8 (oito) cursos em processo de aprovação e inserção Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos (CNTC), e o curso de percussão popular é um dos cursos que estão em processo de aprovação. Isso só vem reafirmar o processo de reformulação curricular que o CEP/EMB vem passando no sentido de atender a atual política pública para a Educação Profissional.

Não encontrei no do texto do PPP as definições sobre as matrículas e das possibilidades de matrículas concomitantes ou não. Penso que estas definições sobre as políticas de matrículas ficam a cargo do regimento interno do CEP/EMB.

Uma citação sobre a não possibilidade de duplicidade instrumental vem dentro do tópico de disciplinas extracurriculares, sendo :

São consideradas disciplinas extracurriculares todas as constantes nas matrizes curriculares dos cursos oferecidos neste CEP, exceto a disciplina Instrumento – IE (PPP/CEP/EMB, pag. 57).

No regimento interno ficou mais evidente uma separação dos itinerários formativos em Popular e Erudito, pois a não possibilidade de duplicidade de matrícula em mais de um curso evidencia que uma vez matriculado no curso de musica popular, o estudante só pode mudar para o curso de música erudita se passar por novo processo de avaliação, e assim tendo sua a matrícula antiga cancelada.

No PPP da escola isso aparece como não possibilidade de incluir como disciplina extracurricular outro instrumento.

Seguindo, vou apresentar mais detalhadamente os itinerários formativos dos cursos instrumentais de música popular e erudita.

Primeiramente vou trazer a regulamentação de itinerário formativo que consta no Decreto Nº 5.154 de 23 de Julho de 2004, nos seus incisos 1º e 2º do artigo 1º, que “Os cursos e programas da educação profissional de que tratam os incisos I e II do caput serão organizados por regulamentação do Ministério da Educação em trajetórias

de formação que favoreçam a continuidade da formação.<sup>15</sup>” [...] “Para os fins do disposto neste Decreto, consideram-se itinerários formativos ou trajetórias de formação as unidades curriculares de cursos e programas da educação profissional, em uma determinada área, que possibilitem o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos.”

Segundo o que consta sobre itinerário formativo e reconhecimento de saberes presente no portal do MEC<sup>16</sup>, temos que no ano de 2016 as instituições que participam do Pronatec, “poderão estruturar os seus cursos profissionalizantes por meio de itinerários formativos”<sup>17</sup>.

A integração entre os itinerários formativos e o reconhecimento de saberes trará mais flexibilidade para o estudante e aumentará a atratividade da educação profissional, possibilitando ao jovem e trabalhador iniciar a sua formação num curso de qualificação profissional e avançar até a conclusão de um curso profissional de nível superior. (Portal MEC sobre itinerários formativos)<sup>18</sup>

Abaixo, uma imagem extraída do Portal do MEC<sup>19</sup>, trazendo um exemplo de estruturação de um itinerário formativo:

---

<sup>15</sup> Essa citação de continuidade de formação evoca a formação inicial e continuada tratada neste trabalho.

<sup>16</sup> <http://portal.mec.gov.br/pronatec/itinerarios-formativos>

<sup>17</sup> <http://portal.mec.gov.br/pronatec/itinerarios-formativos>

<sup>18</sup> <http://portal.mec.gov.br/pronatec/itinerarios-formativos>

<sup>19</sup> <http://portal.mec.gov.br/pronatec/itinerarios-formativos>

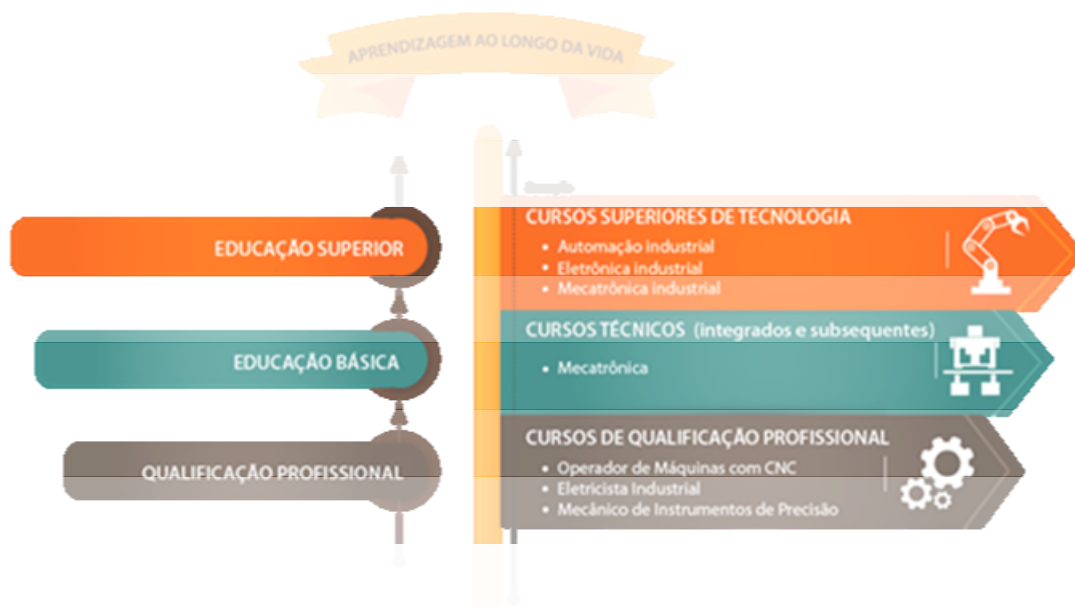


Figura – 4 Exemplo de estruturação de itinerário formativo

### **Sobre os itinerários formativos para os Cursos de Música Popular e Erudita dentro do Núcleo de Percussão.**

Farei aqui a apresentação do que trazem os itinerários formativos do curso básico e técnico instrumental dentro da música popular e erudita. Por sua natureza textual semelhantes, trarei um único texto donde vou expor as justificativas, os objetivos e os eixos temáticos que são divididos em: Instrumentos e estilos, teoria aplicada, performance e atividades complementares. Este pontos são os que julgo principais para configuração destes itinerários e importantes para este trabalho.

As diferenciações entre os cursos de Bateria, percussão popular e percussão erudita serão feitas por meio da captura de imagens, a partir dos documentos, dos quadros que detalham os seus itinerários formativos.

Os cursos do CEP/EMB estão compreendidos dentro da Resolução do Conselho Nacional de Educação n.6, de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e presentes no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT) como técnico em instrumento musical.

São classificados como FIC – Formação Inicial e Continuada – donde proporcionam aos estudantes dos cursos acesso e apropriação aos conhecimentos em

Música, preparando para a inserção na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e “em consequência no mundo do trabalho” (Planos de Curso Instrumental, pag.4)

Os objetivos dos cursos instrumental FIC são divididos em objetivo geral e específico. O objetivo geral trata de preparar o discente para se “expressar-se musicalmente, em nível básico, através do instrumento” (Planos de Curso Instrumental, pag.4) e o específico de proporcionar técnicas instrumentais necessárias para execução musical, apropriação da linguagem musical, executar peças do repertório instrumental, desenvolver o senso de execução e interpretação musical, a continuidade nos estudos de música e preparando os estudantes para o mundo do trabalho.

O currículo dos cursos de música popular e erudita instrumentais são nomeados como *itinerários formativos* que são formados por 4 (quatro) *Eixos temáticos* divididos em: *Instrumentos e estilos, teoria aplicada, performance e atividades complementares*.

Dentro do *eixo de instrumentos e estilos*, são abordados os conteúdos relativos ao ensino do instrumento musical. No formato de aula individual, o objetivo é trabalhar a expressividade do estudante e sua personalidade musical. São feitos diagnósticos adequação física ao instrumento donde são trabalhadas as características de cada estudante preparando para a superação de desafios graduais, seja de caráter interpretativo ou técnico.

Outro aspecto deste eixo é proporcionar ao estudante do instrumento a experiência de atuar em grupos de performance musical com um ou mais professores.

O eixo de *teoria aplicada*, o estudante tem contato com os signos da música e aspectos teóricos do saber musical. Trabalha percepção em aspecto aural (apreciação) e execução (solfejo, ritmo, improvisação e harmonização) com os conceitos musicais por meio da vivência musical. Por meio do contato com estes saberes, deve realizar associações com a prática musical.

O *eixo de performance* é dividido em pequenos e grandes grupos. Nestas atividades de performance, o estudante tem contato com contexto de bandas sinfônicas, orquestras e coros no caso de grandes grupos e em pequenos grupos, Música de Câmara, Prática de Conjunto, Correpetição com Instrumento

Acompanhador, Prática de Repertório com Piano, Preparação para Recital, entre outras.

Dentro destes contextos, os estudantes têm a oportunidade de atuar com outros estudantes de níveis de conhecimentos diferentes e de outras famílias de instrumentos bem como com os professores, trabalhando repertórios de acessíveis a diversos níveis de habilidade instrumental onde podem vivenciar um experiência conjunta exercitando “a observação mútua, a crítica, a autocrítica e a legitimação de seu espaço social musical” [...] “que simulam as experiências das situações usuais do mundo do trabalho”. (Planos de Curso Instrumental, pag.7)

O *Eixo de Atividades complementares* promovem atividades interdisciplinares nos formatos de individuais, coletivos, workshops, palestras, concursos, oficinas, etc., proporcionando aos estudantes contatos com outros saberes e ampliando seu espectro conhecimento.

Testes, audições, recitais didáticos, palestras, workshops, concursos e outros, são oferecidos aos estudantes como forma de simular “experiências das situações usuais do mundo do trabalho”. (Planos de Curso Instrumental, pag.7)

“EO” ou Estudo Orientado entra como uma das atividades do *eixo de performance*, como uma forma de complementar e suprir assuntos de sala de aula, donde os professores podem aprofundar e ampliar os conhecimentos, bem como trazer outros assuntos extra-musicais para dentro da atividade. Tendo a possibilidade de se realizadas no formato de aulas individuais e coletivas.

Logo abaixo, serão expostas as imagens com as tabelas dos planos de *Curso Básico Instrumental* e *Curso Técnico Instrumental*, demonstrando a organização curricular dos itinerários formativos destes cursos “FIC’s” no CEP/EMB. Cada tabela será específica dos instrumentos que compreendem o Núcleo de Percussão: Bateria, Percussão Popular e Percussão Erudita.

Por conta da ramificação da área de conhecimento, o curso de Bateria e Percussão Popular estão previstos dentro do curso de Música Popular e o de Percussão Erudita dentro do curso de Música erudita, como descrito no título de cada tabela.



Os cursos são divididos em três módulos, cada módulo descreve dois semestres consecutivos, totalizando assim três anos de curso. As tabelas também trazem os eixos temáticos divididos em: Instrumentos e estilos, teoria aplicada, performance e atividades complementares. As cargas horárias são específicas de cada instrumento e descritas nas respectivas tabelas de planos de cursos.<sup>20</sup>

Planos de cursos Básico em instrumento musical – Percussão Popular, Erudita e Bateria:

**CURSO BÁSICO INSTRUMENTAL – BATERIA**

EIXOS	Módulo I		Módulo II		Módulo III	
<b>Instrumento e Estilos</b>	Bateria B1 1h/a	Bateria B2 1h/a	Bateria B3 1h/a	Bateria B4 1h/a	Bateria B5 2h/a	Bateria B6 2h/a
						Prática de Leitura Aplicada ao Instrumento-Básico 1 h/a
<b>Teoria Aplicada</b>	Teoria Aplicada e Solfejo 1 2h/a	Teoria Aplicada e Solfejo 2 2h/a	Teoria Aplicada e Solfejo 3 2h/a	Teoria Aplicada e Solfejo 4 2h/a		
	Oficina Rítmica 1 2h/a					
<b>Performance</b>	Rudimentos-Básico 1 1/a		Rudimentos-Básico 2 1/a	Prática de Conjunto - Básico 2h/a	Prática de Conjunto - Básico 2h/a	Prática de Conjunto - Básico 2h/a
<b>Atividades Complementares</b>						
<b>CH Semanal</b>	6h/a	3h/a	4h/a	5h/a	4h/a	5h/a
<b>CH Semestral</b>	120h/a	60/a	80h/a	100h/a	80h/a	100h/a
<b>CH Anual</b>	180h/a		180h/a		180h/a	

Figura 5 - Tabela com a Matriz curricular Básico Instrumental – Bateria

<sup>20</sup> Básico e Técnico.

## CURSO BÁSICO INSTRUMENTAL – PERCUSSÃO POPULAR

EIXOS	Módulo I		Módulo II		Módulo III	
<b>Instrumento e Estilos</b>	Percussão Popular B1 1h/a	Percussão Popular B2 1h/a	Percussão Popular B3 1h/a	Percussão Popular B4 1h/a	Percussão Popular B5 1h/a	Percussão Popular B6 1h/a
<b>Teoria Aplicada</b>	Teoria Aplicada e Solfejo 1 2h/a	Teoria Aplicada e Solfejo 2 2h/a	Teoria Aplicada e Solfejo 3 2h/a	Teoria Aplicada e Solfejo 4 2h/a		
	Oficina Rítmica 1 2h/a	Oficina Rítmica 2 2h/a				
<b>Performance</b>				Prática de Conjunto - Básico 2h/a	Prática de Conjunto - Básico 2h/a	Prática de Conjunto - Básico 2h/a
<b>Atividades Complementares</b>					Piano Popular Suplementar 1h/a	Piano Popular Suplementar 1h/a
<b>CH Semanal</b>	5h/a	5h/a	3h/a	5h/a	4h/a	4h/a
<b>CH Semestral</b>	100h/a	100h/a	60h/a	100h/a	80h/a	80h/a
<b>CH Anual</b>	200h/a		160h/a		160h/a	

Figura 6 - Tabela com a Matriz curricular Básico Instrumental – Percussão Popular

## CURSO BÁSICO INSTRUMENTAL – PERCUSSÃO ERUDITA

EIXOS	Módulo I		Módulo II		Módulo III	
<b>Instrumento e Estilos</b>	Percussão Erudita B1 1h/a	Percussão Erudita B2 1h/a	Percussão Erudita B3 1h/a	Percussão Erudita B4 1h/a	Percussão Erudita B5 2h/a	Percussão Erudita B6 2h/a
<b>Teoria Aplicada</b>	Linguagem Musical 1 2h/a	Linguagem Musical 2 2h/a	Linguagem Musical 3 2h/a	Linguagem Musical 4 2h/a	Linguagem Musical 5 2h/a	Linguagem Musical 6 2h/a
<b>Performance</b>	Introdução ao Canto Coral-Bas 2h/a	Canto Coral 2h/a	Prática de Conjunto - Básico 2h/a	Prática de Conjunto - Básico 2h/a	Banda 4h/a	Banda 4h/a
<b>Atividades Complementares</b>						
<b>CH Semanal</b>	5h/a	5h/a	5h/a	5h/a	8h/a	8h/a
<b>CH Semestral</b>	100h/a	100h/a	100h/a	100h/a	160h/a	160h/a
<b>CH Anual</b>	200h/a		200h/a		320h/a	

Figura 7 - Tabela com a Matriz curricular Básico Instrumental – Percussão Erudita

Planos de cursos técnico em instrumento musical – Percussão Popular, Erudita e Bateria:

Instituição Educacional: CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ESCOLA DE MÚSICA DE BRASÍLIA						
Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design			Curso: Técnico em Instrumento Musical - PERCUSSÃO POPULAR			
Turnos: Matutino, Vespertino e Noturno			Regime: Semestral			
Módulo I	Semestres	Eixos Temáticos	Componentes Curriculares	Carga Horária Teórico/Prática Semestral		
	1º	Instrumento e Estilos	Instrumento Específico Percussão Popular Técnico 1	Por Disciplina	Total	
		Teoria Aplicada	Percepção/Teoria/Transcrição e Solfejo 1	40h/a	183h20min (200h/a)	
			História da Música Popular	40h/a		
			Performance	Prática de Conjunto Técnico		40h/a
		Disciplinas Complementares	Informática 1	40h/a		
	2º	Instrumento e Estilos	Instrumento Específico Percussão Popular Técnico 2	40h/a		146h40min (160h/a)
		Teoria Aplicada	Percepção/Teoria/Transcrição e Solfejo 2	40h/a		
		Performance	Prática de Conjunto Técnico	40h/a		
		Disciplinas Complementares	Musicografia Digital 1	40h/a		
Carga Horária Total do Módulo I					330h	
Módulo II	Semestres	Eixos Temáticos	Componentes Curriculares	Carga Horária Teórico/Prática		
	1º	Instrumento e Estilos	Instrumento Específico Percussão Popular Técnico 3	Por Disciplina	Total	
			Oficina de Introdução à Bateria	40h/a	165h (180h/a)	
		Teoria Aplicada	Harmonia das Funções Tonais 1	20h/a		
			Performance	Prática de Conjunto Técnico		40h/a
				Prática de Conjunto Técnico – Roda de Música		40h/a
	2º	Instrumento e Estilos	Instrumento Específico Percussão Popular Técnico 4	40h/a		165h (180h/a)
			Oficina de Bateria	20h/a		
		Teoria Aplicada	Harmonia das Funções Tonais 2	40h/a		
			Performance	Prática de Conjunto Técnico	40h/a	
Prática de Conjunto Técnico – Roda de Música	40h/a					
Carga Horária Total do Módulo II					330h	
Módulo III	Semestres	Eixos Temáticos	Componentes Curriculares	Carga Horária Teórico/Prática		
	1º	Instrumento e Estilos	Instrumento Específico Percussão Popular Técnico 5	Por Disciplina	Total Semestral	
			Oficina de Introdução à Percussão Sinfônica	40h/a	165h (180h/a)	
		Performance	Prática de Conjunto Técnico	20h/a		
			Disciplinas Complementares	Prática de Conjunto Técnico – Roda de Música		40h/a
				Produção Fonográfica e Legislação Musical		40h/a
	2º	Instrumento e Estilos	Instrumento Específico Percussão Popular Técnico 6	40h/a		128h20min (140h/a)
			Oficina de Percussão Sinfônica	20h/a		
		Performance	Prática de Conjunto Técnico	40h/a		
			Prática de Conjunto Técnico – Roda de Música	40h/a		
Carga Horária Total do Módulo III					293h20min	
Módulo I + Módulo II + Módulo III: HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICO EM INSTRUMENTO MUSICAL - PERCUSSÃO POPULAR						
Total de Carga Horária do Curso					953h20min	
Horário de Funcionamento: Matutino (8h às 12h); Vespertino (14h às 18h); Noturno: (19h às 23h).				Hora aula: duração 55min.		

Figura 8 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Instrumento Musical – PERCUSSÃO Popular

Instituição Educacional: CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ESCOLA DE MÚSICA DE BRASÍLIA					
Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design			Curso: Técnico em Instrumento Musical - PERCUSSÃO ERUDITA		
Turnos: Matutino, Vespertino e Noturno			Regime: Semestral		
Módulo I	Semestres	Eixos Temáticos	Componentes Curriculares	Carga Horária Teórico/Prática Semestral	
				Por Disciplina	Total
	1º	Instrumento e Estilos	Instrumento Específico Percussão Erudita Técnico 1	40h/a	146h40min (160h/a)
		Teoria Aplicada	História e Estética da Música/Apreciação Musical 1	40h/a	
			Teoria da Música/Percepção e Solfejo 1	40h/a	
	Performance	Prática de Conjunto – Grupo de Percussão	40h/a		
	2º	Instrumento e Estilos	Instrumento Específico Percussão Erudita Técnico 2	40h/a	220h (240h/a)
		Teoria Aplicada	História e Estética da Música/Apreciação Musical 2	40h/a	
			Teoria da Música/Percepção e Solfejo 2	40h/a	
Performance		Prática de Conjunto – Grupo de Percussão	40h/a		
		Orquestra ou Banda	80h/a		
Carga Horária Total do Módulo I					366h40min
Módulo II	Semestres	Eixos Temáticos	Componentes Curriculares	Carga Horária Teórico/Prática Semestral	
				Por Disciplina	Total
	1º	Instrumento e Estilos	Instrumento Específico Percussão Erudita Técnico 3	40h/a	220h (240h/a)
		Teoria Aplicada	História e Estética da Música 3	40h/a	
			Harmonia e Contraponto	40h/a	
		Performance	Prática de Conjunto – Grupo de Percussão	40h/a	
			Orquestra ou Banda	80h/a	
	2º	Instrumento e Estilos	Instrumento Específico Percussão Erudita Técnico 4	40h/a	220h (240h/a)
		Teoria Aplicada	Harmonia	40h/a	
Performance		Prática de Conjunto – Grupo de Percussão	40h/a		
		Orquestra ou Banda	80h/a		
Disciplinas Complementares		Produção Fonográfica e Legislação Musical	40h/a		
Carga Horária Total do Módulo II					440h
Módulo III	Semestres	Eixos Temáticos	Componentes Curriculares	Carga Horária Teórico/Prática Semestral	
				Por Disciplina	Total
	1º	Instrumento e Estilos	Instrumento Específico Percussão Erudita Técnico 5	40h/a	146h40min (160h/a)
		Teoria Aplicada	Análise Musical	40h/a	
		Performance	Orquestra ou Banda	80h/a	
	2º	Instrumento e Estilos	Instrumento Específico Percussão Erudita Técnico 6	40h/a	55h (60h/a)
		Recital de Formatura	20h/a		
Carga Horária Total do Módulo III					201h40min
Módulo I + Módulo II + Módulo III: HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICO EM INSTRUMENTO MUSICAL - PERCUSSÃO ERUDITA					
Total de Carga Horária do Curso					1008h20min
Horário de Funcionamento: Matutino (8h às 12h); Vespertino (14h às 18h); Noturno: (19 às 23h).			Hora Aula: Duração mínima 55min.		

Figura 9 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Instrumento Musical – PERCUSSÃO ERUDITA

Instituição Educacional: CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ESCOLA DE MÚSICA DE BRASÍLIA						
Eixo Tecnológico: Produção Cultural e Design						
Curso: Técnico em Instrumento Musical - BATERIA						
Turnos: Matutino, Vespertino e Noturno						
Regime: Semestral						
Módulo I	Semestres	Eixos Temáticos	Componentes Curriculares	Carga Horária Teórico/Prática		
				Por Disciplina	Semanal	Total Semestral
	1º	Instrumento e Estilos	Instrumento Específico 1	2h/a	8h20min (10h/a)	166h40min (200h/a)
		Teoria Aplicada	Percepção/Teoria/Transcrição e Solfejo 1	2h/a		
			História da Música Popular	2h/a		
		Performance	Prática de Conjunto	2h/a		
		Atividades Complementares	Informática 1	2h/a		
	2º	Instrumento e Estilos	Instrumento Específico 2	2h/a	6h40min (8h/a)	133h20min (160h/a)
		Teoria Aplicada	Percepção/Teoria/Transcrição e Solfejo 2	2h/a		
		Performance	Prática de Conjunto	2h/a		
Atividades Complementares		Musicografia Digital 1	2h/a			
Carga Horária Total do Módulo I					300h	
Módulo II	Semestres	Eixos Temáticos	Componentes Curriculares	Carga Horária Teórico/Prática		
				Por Disciplina	Semanal	Total Semestral
	1º	Instrumento e Estilos	Instrumento Específico 3	2h/a	7h30min (9h/a)	150h (180h/a)
		Teoria Aplicada	Harmonia das Funções Tonais 1	2h/a		
		Performance	Prática de Conjunto	2h/a		
		Atividades Complementares	Performance Musical	2h/a		
			Instrumento Complementar	1h/a		
	2º	Instrumento e Estilos	Instrumento Específico 4	2h/a	8h20min (10h/a)	166h40min (200h/a)
		Teoria Aplicada	Harmonia das Funções Tonais 2	2h/a		
		Performance	Performance Musical	2h/a		
Big Band			4h/a			
Carga Horária Total do Módulo II					316h40min	
Módulo III	Semestres	Eixos Temáticos	Componentes Curriculares	Carga Horária Teórico/Prática		
				Por Disciplina	Semanal	Total Semestral
	1º	Instrumento e Estilos	Instrumento Específico 5	2h/a	10h (12h/a)	200h (240h/a)
		Teoria Aplicada	Harmonia das Funções Tonais 3	2h/a		
		Performance	Performance Musical	2h/a		
		Big Band	4h/a			
	Atividades Complementares	Ética, Empreendedorismo e Legislação	2h/a	3h20min (4h/a)	66h40min (80h/a)	
Instrumento e Estilos		Instrumento Específico 6	2h/a			
Performance		Prática de Conjunto	2h/a			
Carga Horária Total do Módulo III					266h40min	
Módulo I + Módulo II + Módulo III: HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICO EM INSTRUMENTO MUSICAL - BATERIA						
Total de Carga Horária do Curso					883h20min	
Horário de Funcionamento: Matutino (8h às 12h); Vespertino (14h às 18h); Noturno: (19 às 23h). Hora aula: Diurno: duração mínima: 50min.						

Figura 10 - Matriz Curricular do Curso Técnico em Instrumento Musical – Bateria

### CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

No estágio supervisionado em música temos a oportunidade de por em prática os conhecimentos aprendidos em sala de aula. Esse é o momento em que os estudantes dos cursos de licenciatura têm para vivenciar a realidade escolar por meio da convivência no dia-a-dia com docentes e discentes. “O estágio supervisionado se insere na linha de pesquisa denominada aprender a ensinar” [...] o [...] “Estágio representa o local de articulação e mobilização de saberes docentes” (Tardif, 2002).



Somente inseridos no contexto escolar é que podemos compreender seus mecanismos, suas contradições, seus problemas e que articulações são feitas com que é aprendido na teoria com o cotidiano. É “pelas atividades rotineiras que compõem os acontecimentos diários da vida” [...] é [...] “que as pessoas vão construindo, nos seus hábitos, nos rituais em que celebram no recinto doméstico ou na sala de aula” (Chizzoti, 1992). Logo, é na convivência (cotidiano) com os alunos, com a realidade da escola e da sala de aula, é que vamos moldando nossa forma de ensinar re-significando nossos mecanismos de ensino, culminando numa constatação reflexiva de nossas ações como professores.

Portanto, este contato com a escola se faz fundamental no processo de formação do licenciando em música, para validar (e re-validar) os conhecimentos adquiridos a partir dos contextos vivenciados.

Um confronto entre a teoria e a prática se faz necessário para podermos significar os conhecimentos apreendidos e re-significar as nossas reflexões a partir do real. Logo, o contato com o cotidiano escolar se faz fundamental para formação de professores. “Questões relativas à pedagogia musical só podem ser respondidas a partir de análise de situações concretas e específicas” (Souza 2000, pág. 35).

Logo, dentro do meu percurso no estágio supervisionado dentro da Escola de música de Brasília é que pude deparar com novos questionamentos, agora sob o ponto de vista de um licenciando em música. Pressupondo então, em um primeiro nível de reflexão “a partir dos próprios quadros de referência” [...] e [...] “centrado no sujeito individual” (Del Ben, 2002, pág. 54) e logo após, tentar caminhar para um segundo nível de reflexão, daquele “da reflexibilidade com o conhecimento científico” (Del Ben, 2002, pág. 54).

A partir de conversas com professores do Núcleo de Percussão, me foi trazida a informação de que os currículos para os cursos do CEP/EMB estavam passando por um processo de transformação e que uma de suas mudanças, consistia em uma separação em dois itinerários formativos em música: Popular e Erudito.

Isso atizou minha curiosidade a respeito de compreender as conseqüências de uma ramificação e segmentação do conhecimento dentro do Núcleo de Percussão, pois por sua natureza, este possui três modalidades instrumentais específicas: a

bateria, a percussão popular e a percussão erudita. A bateria e a percussão popular estão ligadas diretamente ao gênero da música popular e a percussão erudita está na ceara da música erudita, dentro do que está previsto pelos currículos do CEP/EMB.

Diante deste panorama, refleti como se articulariam estes conhecimentos dentro do Núcleo de Percussão. Vale observar que os três instrumentos estão localizados dentro do mesmo bloco – M, porém em salas de aulas diferentes.

Quando estudante do CEP/EMB, tive a oportunidade de cursar dois instrumentos de “gêneros” musicais diferentes – bateria e percussão erudita, pois a informação que tive à época como estudante, é que o currículo da escola me permitia essa dupla opção. Para tanto, fiz um concurso por meio de prova prática para uma vaga no nível técnico do curso de bateria, e tendo como pré-requisitos de estar no nível B8<sup>21</sup> do instrumento que eu estava matriculado, no caso percussão erudita, e não ter nenhuma reprovação em outras disciplinas.

O impacto desta de dupla formação instrumental em nível técnico, não só ampliou meus conhecimentos em música, mas promoveu uma melhoria nas minhas habilidades de performance nos dois instrumentos e no meu fazer artístico. Isso contribuiu abrindo novas possibilidades de atuação dentro do mundo do trabalho musical, pois dependendo da situação apresentada, poderia atuar como “baterista” ou como “percussionista”.

Percebi na prática do cotidiano musical, que quanto mais habilidades percussivas eu tiver, mais trabalhos consigo pleitear.

Por sua natureza diversa, a categoria de instrumentos de percussão já preconiza o desenvolvimento de habilidades em instrumentos diferentes, pois a visão de que o mercado tem do músico percussionista, é que este seja capaz de conjugar uma vasta gama de instrumentos de percussão, atuando tanto como um baterista ou como um percussionista no âmbito popular e erudito.

Diante destas experiências vivenciadas dentro do CEP/EMB, bem como as minhas atuações profissionais no mercado, decidi investigar por meio deste trabalho

---

<sup>21</sup> Nível Básico.

as opiniões dos entrevistados sobre uma fragmentação na formação dentro do Núcleo de Percussão.

Como o objetivo deste trabalho é entender como itinerários formativos separados em música popular e música erudita repercutem nos cursos de percussão e bateria do CEP/EMB, penso que um método adequado para um embasamento amplo das discussões aqui tratadas e trazer as falas dos atores envolvidos. Neste sentido, a visão dos professores e alunos é fundamental para compreensão dos contextos e dos debates sobre os itinerários formativos, inclusive considerando as por meio de questões levantadas por eles no processo das entrevistas.

Conhecer o dia-a-dia da escola a partir do ponto de vista dos personagens atuantes dentro do Núcleo de Percussão é importante para o conhecimento das particularidades do núcleo, pois também e traçam um panorama de possíveis problemas e possibilidades de soluções.

A seleção dos entrevistados foi a partir do seu tipo de vinculação com o CEP/EMB. Dividi os entrevistados entre: Professores, Estudantes e ex-estudantes atuantes a fim de aferir a consistência das minhas informações sobre itinerários formativos separados (ou não) as quais tive acesso durante meu estágio supervisionado em música.

Os professores selecionados para as entrevista dentro do Núcleo de Percussão são aqueles que atuam como professores de Percussão Erudita, Popular e Bateria obedecendo à divisão de cursos oferecidos.

Os estudantes selecionados para as entrevistas procurei aqueles estão cursando entre os níveis diferentes – básico e técnico - nas modalidades de percussão erudita, popular e bateria. Entrevistei apenas um estudante em cada modalidade instrumental e que estivesse cursando o nível Básico ou Nível Técnico. Procurei também estudantes já em processo de conclusão tanto no Básico como no técnico.

Quanto aos ex-estudantes atuantes selecionados para entrevistas, procurei contatar aqueles que já passaram pela escola ou estão cursando música em uma IES (Instituição de Ensino Superior), e aqueles já formados em IES e que foram estudantes do CEP/EMB e atuam no mundo do trabalho.

Os formatos das entrevistas se deram como semi-estruturadas e estruturadas.



Dentro da forma semi-estruturada, tracei cinco perguntas norteadoras para a minha pesquisa, e que durante o percurso das entrevistas, fui modificado de acordo com os assuntos que os entrevistados trouxeram para dentro do contexto das conversas.

Por meio de gravações em áudio, autorizadas pelos entrevistados, desenvolvemos um bate-papo informal, donde tentei fazer com que entrevistado se sentisse confortável para expressar sua opinião. Tentei conduzir – e me deixar conduzir – para outros assuntos que se tornassem relevantes para o enriquecimento das discussões, pois nem sempre, uma entrevista estruturada pode prever e abarcar tudo.

Na forma de entrevista estruturada enviei as perguntas pelo correio eletrônico, pois nem sempre todos os entrevistados estavam disponíveis para uma entrevista presencial, logo a forma estruturada foi adotada para realizar a coleta de informações por meio digital.

Organizei, primeiramente, em cinco questões norteadoras:

1. Quanto à veracidade da separação dos itinerários formativos – É real?
2. Se há conhecimento dos professores e estudantes dessa separação?
3. Uma formação em habilidades diversas – bateria, percussão (erudita e popular), é fundamental? E para que?
4. Como o professor “se vê” neste novo contexto?
5. Como os estudantes e os ex-estudantes, “se vêem” neste novo contexto?

A partir das questões norteadoras para as entrevistas presenciais, tentei adaptar as perguntas a partir dos conteúdos apresentados nas respostas. Por consequência, as entrevistas tornaram-se mais informais. Assim, percebi que as respostas vinham mais “completas” e “cheias” de reflexão quando eu deixava de lado a informalidade e iniciava uma conversa com os professores e estudantes.

As entrevistas presenciais foram gravadas – com consentimento dos entrevistados - e a partir das respostas apresentadas fui acrescentando “provocações” tendo por base as pesquisas sobre legislação.

Na forma de entrevista por meio de correio eletrônico, enviei estas perguntas padrão relacionadas acima no formato de mensagem digital. As repostas foram catalogadas e armazenadas como subsídios para o desenvolvimento deste trabalho.

#### **CAPÍTULO 4 - CONFRONTO DOS DADOS COLETADOS DAS ENTREVISTAS COM A LEGISLAÇÃO**

- *“Sabemos que o que está previsto no currículo como repertório não é da práxis do curso” [...] “aliás, você bem sabe, com ex-estudante, que grande parte das músicas que tocamos aqui na percussão(erudita) são do repertório popular”.* (Entrevistas com professores, 2017).

Esse recorte de uma entrevista com um professor de percussão erudita do Núcleo de Percussão revela como ele vê dentro do processo educativo no núcleo: Não como um educador musical exclusivo da Percussão Erudita, mas como um educador da (e de) Percussão, logo para ele, não é adequado uma separação de saberes.

Quando ele denomina o curso de Percussão Erudita como curso de Percussão, fica claro que a sua percepção sobre o curso é que este aborda toda a família de instrumentos da percussão.

Dentro desta fala do professor, fica evidente como é o cotidiano do curso de percussão, ou seja, os gêneros musicais, tanto da música erudita como da música popular, se sobrepõem e se superpõem no processo educativo no interior de ambos os cursos.

Uma observação histórica é que o curso de percussão, desde seu nascedouro, tem em seu currículo um repertório voltado para a música erudita para percussão, porém as práticas de sala aula consagraram, com o passar dos anos, uma aproximação com repertório de cunho popular.

Após esta apresentação de um panorama sobre a relação da música popular e da música erudita presente dentro de um dos cursos pertencentes ao Núcleo de Percussão do CEP/EMB, vou trazer outros dados coletados por meio das entrevistas.

Minha entrevista com um professor do noturno de percussão erudita se deu entre aulas. O professor me autorizou a gravar em formato digital o áudio de nossas conversas cujas alguns trechos serão apresentados.

Iniciei a entrevista com uma pergunta norteadora no intuito de aferir a informação sobre a veracidade de itinerários informativos separados: - *“Há uma separação dos itinerários formativos? Se sim, porque?”* A resposta foi - *“Sim há... os cursos básicos agora são divididos em popular e erudito....e o motivo para isso é para reduzir o tempo de curso na tentativa de minimizar a evasão escolar, pois aqui na percussão quantidade de pessoas que chegam ao final do curso é pouquíssima...”*, prossegue o professor, - *“Eu me recordo somente de você e outro ex-aluno que concluíram o curso, nestes anos que estou aqui na instituição ”*. (Entrevistas com professores, 2017)

Cursos Básicos que ele citou são os que estão em formato de Cursos FIC, e criação deste se deram por meio da criação do Pronatec<sup>22</sup> e que já foram explicitados anteriormente neste trabalho no capítulo que trata da legislação.

Segundo dados trazidos por meio de entrevista com um ex-aluno do CEP/EMB que depois veio a se tornar Diretor da Escola, deste a criação da escola e até recentemente, não há possibilidade de cursar, mais de um instrumento concomitantemente. Logo, segundo ele - *“Mesmo após a criação do núcleo de música popular, oficialmente, não se podia cursar mais de instrumento, quanto mais duas áreas de conhecimento da música – popular e erudita”* (Entrevistas com ex-alunos, 2017).

Outro ponto fundamental trazido por ele é que os registros dos currículos dos cursos são da época do Maestro Levino de Alcântara, ainda regidos sob a antiga LDB Nº 5.692, de 11 de agosto de 1971<sup>23</sup> e que durante a sua gestão - *“lutou para modernizar os currículos e cursos dentro da escola, pois vários currículos dos cursos são a partir de currículos de outras instituições de ensino de música do Brasil e são antigos”* (Entrevistas com ex-alunos, 2017).

---

<sup>22</sup> Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado por meio da Lei 12.513/2011.

<sup>23</sup> Não encontrei na leitura da Lei um capítulo tratando exclusivamente sobre o ensino profissional. Os parágrafos e incisos que tratam desta modalidade de ensino estão dentro dos capítulos que tratam Segundo Grau e do ensino supletivo e não há muito detalhamento sobre como deve ser este tipo de ensino. Logo, não julguei ser fundamental para este trabalho uma pesquisa mais aprofundada sobre esta LDB.

Um ponto contraditório que apareceu foi quando eu indaguei ao ex-aluno entrevistado, que diante desta informação de que *“nunca se pôde”* cursar dois instrumentos - *“como eu pude então me formar em dois instrumentos, e obter certificados de ambos?”* A resposta dele foi – *“Na época que você cursou, esta possibilidade era tangível, porém, de forma irregular... o diretor deste período realizava as modificações dentro do âmbito da escola por meio de algumas brechas na lei, como essa possibilidade de dupla formação....quanto aos certificados ele os regularizava por meio de solicitação à Secretaria de Educação do Distrito Federal, e que depois de aprovados, eram publicados em diário oficial”* (Entrevistas com ex-alunos, 2017).

Um ponto estava esclarecido: Nunca se pôde fazer mais de um instrumento, ou mais de um curso (popular ou erudito), dentro do que está previsto nos dispositivos legais.

Uma outra informação coletada que reforça sobre os itinerários formativos separados, é que desta forma, pode-se focar nas disciplinas a partir de sua função prática para o mundo do trabalho, segundo um professor que cita – *“Veja, numa gig de forró, por exemplo, quando é que o percussionista vai usar um contraponto?”* – e prossegue – *“Acho que nossa função aqui é promover mais experiência no fazer musical do que seguir um currículo....”* (Entrevistas com professores, 2017).

Logo, em seguida comentei – *“Mas veja, o fato de não poder oportunizar outros saber musicais, pode contribuir para uma visão fragmentada do saber?”* – Visto que dentro que está previsto no regimento interno e PPP, que o ensino deve ser um ensino privilegiando a interdisciplinaridade *“em formar um profissional não apenas tecnicista, mas um profissional capaz de exercer com qualidade suas atribuições atento as demandas de um mercado diverso”* (PPP/CEP/EMB pág. 23).

O professor responde – *“o fato de não saber contraponto não vai impedir de atuar no mercado, visto que dentro da música popular, as gigs não pedem diploma como pré-requisito para atuação e nem com disciplinas cursadas...”* – e pondera - *“então se ele não tiver o contraponto presente na sua grade curricular, não vai afetar dele fazer a gig, concorda?” ....acho que o maior problema se dá no fato de que agora, não se pode cursar dois instrumentos”*. (Entrevistas com professores, 2017).

Em minhas leituras dos documentos da escola com o regimento interno e o PPP do CEP/EMB, observam à proibição de duplicidade de matrícula (dois cursos concomitantes), também de não se poder incluir como disciplina extracurricular outro instrumento, conforme já explicitado na parte de legislação presente neste trabalho sobre estes documentos acima citados.

Isso evidência uma duplicidade de terminologias do regimento no sentido de não permitir a “duplicidades de matrículas” e a não “inclusão de instrumento” como disciplina extracurricular.

Percebo que cruzando as informações trazidas até agora por meio de entrevista com ex-alunos e professores, sobre os registros dos cursos em uma LDB antiga, a “flexibilização” de alguns dispositivos legais dentro âmbito da escola durante as gestões anteriores, documentos curriculares recentes não registrados<sup>24</sup>, e as normativas do Pronatec sobre cursos FIC e de ensino profissional e tecnológico, causam conflitos de definições sobre o que é ou não permitido no CEP/EMB.

Uma consequência disso é que nem sempre o corpo docente do Núcleo de Percussão está totalmente ciente de quais documentos estão válidos ou não.

A ótica apontada pelo professor é expandida por ele na seguinte reflexão – *“...Eu compreendo a dimensão do que você quer dizer com oportunizar outros saberes, pois quanto mais conhecimento de outras áreas instrumentais para formação do músico melhor...”* [...] *“ eu mesmo quando entrei aqui queria fazer bateria, estudei e toquei nas bandas da escola...mas acabei indo para a percussão (erudita)...”* – continua – *“...porém, outro ponto que temos que levar em consideração é o espaço físico da escola...”* – *“não temos estrutura suficiente para tantos estudantes, ainda mais reservar horários, que já estão lotados”* [...] *“fica difícil achar horários e espaço físico para outros estudantes de outros instrumentos cursarem um segundo instrumento”*. (Entrevistas com professores, 2017).

Pondero aqui que uma reforma da estrutura física se faz urgente no CEP/EMB, pois há mais de 40 anos a escola não passa por uma reforma .

---

<sup>24</sup> Os documentos curriculares recentes (2015) sobre os cursos Básicos e Técnicos não estão registrados ainda, segundo coletado em entrevistas. Um exemplo disso é o já citado neste trabalho sobre curso de Percussão popular que não foi incluído ainda dentro do CNCT.

Seguindo nas conclusões do professor, destaco esta fala que define bem o pensamento dele:

- *“...Acho que essa tentativa de divisão é benéfica no sentido de tentar aproximar mais o contexto de sala de aula da realidade do mercado musical..num situação de apresentação o músico (percussionista) tem que tocar... e objetivar o curso para o estudante ter mais experiências praticas é fundamental...”*(Entrevistas com professores, 2017).

O comentário dele se dá no fato de que há itinerários formativos específicos com matérias teóricas e práticas diferentes para plano de curso instrumental da música popular e para o da música erudita, conforme já exposto no capítulo que trata da legislação presente neste trabalho.

Esta fala descrita acima aponta que há uma consciência por parte do professor de uma separação de itinerários, mas por conta, presumo, da quantidade de modificações *informais* ocorrida durante anos na escola, há informações desconstruídas sobre quando se deu uma separação e se isto é formal ou não.

Minha observação tem como referência dados trazidos pelo ex-aluno que já foi Diretor do CEP/EMB quando ele diz – *“durante minha gestão tentei ajustar os currículos aos documentos legais, porém as coisas se deram por outros meios, e o corpo docente se organizou a determinaram seus próprios currículos e itinerários formativos”* (Entrevistas com ex-alunos, 2017).

A fala do professor se desdobra em uma preocupação evidente como uma proibição na oportunização de múltiplos saberes pode reverberar dentro do Núcleo de Percussão, quando ele observa:

- *“Por um outro lado, o fato de não se poder cursar uma segunda opção de instrumento pode privar as pessoas de sem encontrarem dentro da música...relato do fato de que há um caso ocorrido aqui de um estudante de piano que quando optou pelo cravo como segundo instrumento, se apaixonou pelo cravo e tornou-se um virtuoso no instrumento...”* (Entrevistas com professores, 2017).

O regimento interno prevê a escola deve proporcionar “um universo rico em experiências musicais” (Regimento Escolar CEP/EMB pág. 6) penso que diante disso, que o sentido de itinerários separados pode ser benéfico, num sentido de promover mais práticas no mundo do trabalho, dentro campo da música porém, o próprio sentido de separação restringe esse universo rico em experiências, de acordo com as falas trazidas pelo professor.

Um professor de bateria, do Núcleo de Percussão, aponta que para ele a problemática maior está na definição do que um currículo para música para formação de um profissional – *“Mesmo com a diminuição do tempo de permanência do estudante aqui na escola, temos uma grade curricular ainda inchada dividida em básico e técnico!!!..”* – continua – *“Não seria um boa solução condensar?...olha, o que antes durava pelo menos 10(dez) anos, agora passou para 6(seis) anos ...ainda sim é mais que tempo de um curso de graduação em nível superior que a média e de 4 (anos)”* – (Entrevistas com professores, 2017).

Um curso de ensino profissional e tecnológico de técnico em instrumento musical, descrito dentro do CNCT<sup>25</sup>, preconiza que este deve ter no mínimo de 800(horas aula) para uma formação em técnica em nível médio. O itinerário formativo<sup>26</sup> total de bateria é de 1423,20 horas, totalizando seis anos de permanência do estudante dentro do CEP/EMB, para sair certificado.

Quanto à questão da duração ainda significativa dos cursos, os professores são unânimes em dizer que – *“os estudantes não tem paciência de ir até o final, pois já vendo a oportunidade de ingressar na graduação superior prefere fazer -lo, pois grande parte dos concursos são para quem tem nível superior”* – logo a evasão escolar é um problema fundamental na opinião dos docentes do Núcleo de Percussão.

No Guia Pronatec de Cursos FIC quarta edição/2016, temos previstos o curso de músico de banda que tem a duração mínima de 200horas, na descrição do perfil de formação do curso temos:

---

<sup>25</sup> Catálogo Nacional de Cursos Técnicos.

<sup>26</sup> Curso básico e técnico.

*“Compreende harmonia, ritmo, melodia, interpretando repertórios com técnica musical adequada para a prática coletiva de diferentes instrumentos musicais para bandas sinfônicas, bandas marciais, fanfarras, big bands e conjuntos de música popular em geral.”*

(Guia Pronatec de Cursos FIC, pág. 159)

O texto da descrição do perfil de formação se assemelha com a grade curricular para o curso de bateria já descrita neste trabalho por meio de tabelas presentes na parte sobre a legislação. Portanto partindo do que está previsto no PPP do CEP/EMB do regimento interno que prevê cursos FIC curta duração ou seqüencial, pode-se reformular o itinerário formativo para bateria pensando-se no formato de vários cursos FIC de curta duração de 200horas.

Separando os diversos eixos temáticos descritos nos documentos sobre os cursos instrumentais em cursos FIC, pode-se reduzir a permanência do estudante no CEP/EMB e certificá-lo a conclusão de cada eixo (ou curso), aumentando o número de alunos que concluem o curso e diminuindo a evasão por conta formato atual do curso de ser de longa duração.

Há como definir uma matriz curricular, que segundo o CNCT, devem contemplar o mínimo de 800 para formação de *Técnico em Instrumento Musical*, e dividir esta carga horária mínima e diversos cursos FIC de curta duração. O estudante pode escolher qual curso de FIC mais se alinha com as suas necessidades profissionais e sair certificado como um *músico de banda*, segundo o registro do curso FIC presente no Guia de cursos do Pronatec, ou então, preencher toda a carga horária mínima na forma de seqüencial, para formação em *Técnico em Instrumento Musical*, segundo o registro do curso no CNCT.

Esta reflexão a partir da fala do professor de bateria sobre a duração extensa do curso de bateria - que mesmo para uma certificação no básico do instrumento leva-se no mínimo de três anos - com o que está disposto na legislação mais recente, pode ser uma possível proposta de flexibilização para o curso de bateria.

Esta proposta oportuniza uma maior autonomia ao estudante na administração de sua formação, bem como reduzir a evasão do curso, como também oportunizar



uma ampliação na oferta de cursos conjugando mais saberes<sup>27</sup> da bateria e percussão.

Esses cursos de curta duração podem certificar o estudante em pouco tempo para inserção imediata no mundo do trabalho. Logo isso aumenta circulação de estudantes dentro do CEP/EMB, reduzindo seu tempo de permanência na escola e dando maior oportunidade de ingresso de outros estudantes.

Na questão de conjugação dos saberes, todos os professores que entrevistei acham que é fundamental incentivar as experiências em diferentes áreas, pois a percussão é diversa em instrumentos.

Quando questionados sobre os editais de provas de habilidade específica para cursos de nível superior em percussão que, além repertório já consagrado, o candidato deve executar também *“um solo em instrumento de percussão popular”* (Entrevistas com professores, 2017), ponderaram nas seguintes respostas -*“é importante saber tocar um pandeiro, pois além de contemplar o edital, amplia os conhecimentos e possibilidades técnicas para outros instrumentos da percussão...”*, ou então - *“Geralmente, o edital não especifica que tipo de solo é para ser feito.”* [...] *“Pode-se apenas explorar o timbre o instrumento e já está contemplando o edital...”* [...] *“Que fique claro que aprender um pandeiro só para atender uma demanda de um edital não deve ser o foco principal, mas sim ampliar a visão sobre o campo de atuação da percussão para o estudante”* (Entrevistas com professores, 2017).

Uma reflexão que eu faço, tendo como base as ponderações feitas pelos professores nas respostas, sobre a questão curricular no Núcleo de Percussão do CEP/EMB é: Ofertar cursos que oportunizem os diversos saberes da percussão, dialogando com um mundo do trabalho que conjuga com a diversidade da informação, tentando minimizar o tempo de permanência deste estudante na instituição para conclusão do curso e ao mesmo tempo preparando-o para o trabalho e o estimulando a dar continuidade nos estudos.

Uma possível resposta é trazida pelo professor que reflete - *“Devemos ter uma política pública que fomente o trabalho para o músico”* - e continua - *“Como temos ainda uma legislação, que apesar dos avanços neste sentido, ainda encara o fazer do*

---

<sup>27</sup> Estes saberes podem abranger na aprendizagem de diversos instrumentos de percussão bem como outras famílias de instrumentos.

*musico como cultura, não como produção de trabalho” [...] “Devia ser repensar então, se a escola de música deu um passo na direção certa se tornando um CEP’s, pois por mais que tenhamos uma legislação para o ensino da arte, o pensamento do ensino profissional é voltado para profissões tal como do padeiro por exemplo...” (Entrevistas com professores, 2017).*

Sobre políticas públicas que fomentem o trabalho para o músico, nos dois documentos relacionados acima, nas caracterizações das profissões de Técnico em Instrumento Musical, Músico de Banda e Músico, no campo que descreve *“ocupações relacionadas ao CBO”<sup>28</sup>* está em branco e desatualizado.

Porém, em uma pesquisa a Lista CBO mais recente de 2002, encontrei a ocupação de *Músico intérprete instrumentista* registrada com o número de 2627-10, e a de *Músico intérprete instrumentista erudito* e de *Músico intérprete instrumentista popular* como sinônimos de categorização desta ocupação.

Há, portanto, um descompasso de informações entre os documentos reguladores do ensino profissional mais recentes e o documento de listagem de ocupações. Pois sendo CNCT e o Guia do Pronatec mais recentes de 2016, penso que já deveria estar presente no campo de *“ocupações relacionadas ao CBO”* às ocupações listadas do documento em que a sua regulamentação data de outubro de 2002.

Outra questão apareceu durante minhas entrevistas é que o curso de percussão popular tem seu itinerário formativo já concebido e organizado em documentos, porém esta em fase de aprovação para inclusão do curso no CNCT, mesmo tendo um professor dedicado ao ensino e com *“estudantes já em vias de se formar”* (Entrevistas com professores, 2017).

As respostas dele quando indago sobre o papel da percussão popular neste contexto de transformação – *“Apesar de estar inserido com um instrumento regular dentro da escola, percebo que há pouco espaço para trabalhar com os estudantes tanto na prática como na teórica”* – continua – *“Não há bandas, praticas de conjunto, ou outras atividades práticas disponíveis para eu direcionar os meus estudantes...eu de certa forma brigo por espaços aqui...”* (Entrevistas com professores, 2017).

---

<sup>28</sup> Classificação Brasileira de Ocupações - CBO/2002. Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002.

Na disposição do PPP CEP/EMB o ensino deve agregar a diversidade, porém na prática, segundo a fala do professor, isso não ocorre.

As respostas dos professores de bateria, cujo alguns também são de percussão, alinham-se na questão da função da diplomação técnica, quando declaram que *“a maior parte dos estudantes vem para escola com objetivos definidos de ampliar os saberes musicais....muito raro alguém entrar no curso pelo diploma”* – e concluem - *“A quantidade de estudantes formandos em bateria é maior porque há poucos cursos em nível superior para instrumento, mas mesmo assim em comparação com a procura ...o número de formandos pequeno”*. (Entrevistas com professores, 2017).

Segundo relatado pelos professores de bateria, assim como na percussão erudita, grande parte dos estudantes acabam concluindo seus estudos ao final do nível básico sem prosseguimento para o nível técnico.

A percussão popular, sendo um instrumento ofertado recentemente, tem uma procura baixa e também poucos formandos.

Finalizando aqui as falas dos professores, pude perceber que o maior problema enfrentado por eles é a questão de um currículo muito extenso - apesar deste ter sido modificado e revisto. O diagnóstico que eles trazem para a evasão dos estudantes é que o interesse deles não está em procurar uma formação técnica, mas sim em preencher lacunas do conhecimento ou ampliar esse conhecimentos.

A escola de música de Brasília é referência de ensino musical de qualidade, logo o grande atrativo da instituição é a possibilidade de melhoria e acesso ao estudo da música, portanto sua procura pela comunidade é no sentido de vivenciar o fazer artístico musical, tendo como consequência a possibilidade de uma diplomação profissional.

Na fala dos estudantes isso ainda se torna mais evidente, dos entrevistados, nenhum me relatou o desejo de uma formação profissional, pelo contrário, em sua maioria, ou já trabalham com música, ou já tem algum outro tipo de trabalho ou então já estão cursando o nível superior concomitante o curso de instrumento.

Dos estudantes que trabalham com música, o seu interesse maior é se especializar em aspectos técnicos pontuais para atuarem mais dinamicamente no mercado.

Quando perguntado sobre o currículo do básico instrumental popular, um estudante respondeu – *“Eu, que faço bateria aqui, sinto falta de mais práticas...apesar de ter entrado na escola para ampliar meus conhecimentos da teoria musical”* – continua – *“fiz a disciplina de oficina rítmica...aprendi muito e achei muito ruim ser apenas em um semestre, queria que tivesse até o final...”* (Entrevistas com alunos, 2017).

Na contramão do que os itinerários tentam realizar, este estudante está sentindo falta de um aprofundamento maior do que é ofertado pelo currículo. Este estudante entrou na escola há um ano e está no curso básico de bateria, e já atuava profissionalmente na área da música antes de ingressar no curso. O seu objetivo de ingressar no CEP/EMB é de aprimorar seus conhecimentos.

A este estudante, eu perguntei de que forma ele pensaria o curso? Sua resposta foi – *“ na aula de bateria, quando professor aborda tema samba fico animado ...porém, sinto falta de uma conexão sabe? Aonde vou aplicar isso? Nas praticas de conjunto aqui da escola o repertório é sempre o mesmo....gostaria que tivesse no curso uma escola de samba, aí sim ia ser legal...”* (Entrevistas com alunos, 2017).

Talvez esta forma já explicitada acima de vários cursos FIC de curta duração, ofertando um curso de “introdução a escola de samba” pode ser uma opção para atender esta demanda deste estudante. Este desejo de outros tipos de atividades *informais* dentro do espaço formal do CEP/EMB, como grupos de maracatu ou de frevo como um curso regular, foram também explicitados por outros estudantes do Núcleo de Percussão.

Um caso curioso foi de um estudante de percussão popular que desejava aprender *marimba*<sup>29</sup>, disse – *“tentei, tentei consegui uma vaga no curso de percussão erudita...não consegui, comprei uma marimba de vidro*<sup>30</sup> *e vez por outra vou ali na sala da percussão pescar algo com os colegas”* (Entrevistas com alunos, 2017).

---

<sup>29</sup> Instrumento de Percussão barrafônico com teclado feito de madeira (teclados de percussão).

<sup>30</sup> Instrumento de Percussão barrafônico com teclado feito de vidro (teclados de percussão).

A pesar das barreiras legislativas, o Núcleo de Percussão acaba se aproximando, por meio da curiosidade dos estudantes em conhecer a diversidade dos instrumentos da percussão, logo estes acabam procurando outros estudantes para aprender.

Os ex-estudantes do CEP/EMB, que foram entrevistados por meio de perguntas enviadas por mensagens eletrônicas, apontaram para o fato de ter tido a oportunidade de ter uma segunda opção instrumental<sup>31</sup>, foi de grande importância para sua colocação no mercado bem como para o prosseguimento no nível superior.

Eles observam que visão que mercado da música no Brasil tem do perfil de um músico-percussionista - *“é de um do profissional seja capaz de atuar tanto no âmbito erudito em orquestras, como em grupos de música de câmara, quanto tocar bateria em shows de música popular, bem como tocar pandeiro em grupos de regional de choro.”* (Entrevistas com ex-alunos, 2017).

Uma problemática apontada por eles é que quase todos não concluíram o curso no CEP/EMB, por *“julgarem muito extenso”* (Entrevistas com alunos, 2017) e por também *“já terem adquirido o conhecimento de que desejavam e prosseguindo na sua carreira profissional”* (Entrevistas com alunos, 2017). Outros apontaram o fato de terem feito *“vestibular e ido estudar em universidades fora de Brasília.”* (Entrevistas com ex-alunos, 2017).

Um ponto curioso, apontado tanto pelos ex-estudantes como pelos estudantes de cursos superiores em música, é que a carga de conhecimento abordado pelo Núcleo de Percussão é tamanha que muitas vezes - *“contemplam o que é previsto para alguns cursos superiores de música.”* (Entrevistas com alunos, 2017).

Finalizando esta parte, percebo que a legislação que brota na LDB, percorre até a chegar aos dispositivos curriculares e ao dia-a-dia da escola ainda não contemplam toda a subjetividade do processo de ensino. Moderna e concisa as leis brasileiras tentam alcançar a diversidade de contextos, porém muitas contingências na aplicação destes provocam contradições no processo de organização curricular que inviabilizam uma fluidez dos cursos e não atendem ainda as demandas dos estudantes, professores e do mundo do trabalho.

---

<sup>31</sup> Como já relatado no trabalho, esta opção não era regulamentada.

O fato de várias interpretações sobre as normativas do ensino profissional e muitas vezes, o não aproveitamento do que já está disposto, fica evidente em documentos curriculares para os cursos desatualizados, ou então não vigentes ou em processo de aprovação.

Logo, as soluções vão se dando para entender demandas urgentes e locais. A disposição de itinerários formativos separados se deram, dentro dos núcleos de música popular e erudita. Segundo as informações coletadas nas entrevistas, a definição dos itinerários formativos separados - *“foram realizados por cada núcleo, sem um diálogo entre eles, preocupados somente em atender seu problemas mais urgentes, como por exemplo, tentar aplacar a falta de espaço físico do CEP/EMB, por meio de uma diminuição de cursos para ambos os núcleos no intuito de reduzir a permanência do estudante na escola.”* (Entrevistas professores, 2017).

Se por um lado, uma separação de itinerários formativos tentam trazer uma diminuição no tempo de formação do estudante na escola, procurando reduzir à evasão dos estudantes, por outro o conteúdo é pouco aprofundado como observado pelos estudantes.

Portanto, a urgência explicitada acima se torna problemática, uma vez que não se leve em consideração a formação dos estudantes nas particularidades dos instrumentos da família da percussão, pois como descrito no trabalho, o mundo do trabalho tem a visão de que o percussionista é o músico capaz de conjugar vários instrumentos da percussão, segundo a visão de um professor sobre o mundo do trabalho - *“Quando precisar quebrar um copo numa performance de orquestra, quem você acha que vai fazer-lo?”* (Entrevistas com professores, 2017).

Logo, ao separarem um Núcleo de Percussão que compreende instrumentos de áreas formativas separadas, promovem-se lacunas na formação dos estudantes, trazendo dificuldades para inserção destes no mundo do trabalho.

Cursos ainda atrelados às regras antigas e anacrônicas, segundo a visão de diversos estudantes do núcleo, promovem um percurso: *“pouco estimulante e extenso...”*, um estudante de percussão popular relata - *“Eu entrei aqui para aprender tocar zabumba para tocar em uns forrós por aí...mas na vivência na escola tive contato com a bateria, e a percussão sinfônica, somente pelo convívio dentro do bloco M..”* [...]

*“Fiquei animado em saber que tem tantos instrumento para aprender, mas quando descobri que eu poderia fazer bateria somente lá no técnico....desanimei... vou terminar aqui no básico e depois sair da escola.... ” (Entrevistas com alunos, 2017).*

Sei que a escola passou por muitos processos de mudanças curricular, mas ainda há muito que se fazer para adequar um itinerário formativo condizente com as expectativas dos estudantes e professores dentro Núcleo de Percussão.

#### **CAPÍTULO 4 - CONCLUSÕES**

Consciente de que a escola de música de Brasília passa por mais um processo de transformações curricular, observo que é muito cedo para uma compreensão plena dos resultados. As reflexões e relatos deste trabalho são iniciais, portanto precisaria de um período maior de pesquisa e observação para perceber em um sentido mais profundo as conseqüências na formação dos estudantes.

A realidade escolar é cheia de desafios, e as diversidades de personalidades e atores comprometem julgamentos sobre o que realmente acontece. O que trago relatado aqui pode estar submetido a uma opinião momentânea de um professor ou estudante, pois com já dito acima, o processo ainda esta se desenvolvendo dentro da escola, logo até os fatos se adequarem, se leva certo tempo, e insatisfação demonstrada durante o percurso é acentuada.

Os itinerários formativos, eixos tecnológicos e matrizes curriculares e LDB são claros e concisos na forma de organização do ensino profissional e técnico, dispendo de forma objetiva caracterização da profissão de músico, bem como seu processo de formação, porém há uma dicotomia que tenta abarcar a música popular e erudita.

Na descrição do Técnico em Instrumento Musical do Catalogo Nacional de Cursos de Técnicos prevê a musica popular e e rudita na formação e não especifica uma separação. Na caracterização do *campo de atuação* aparece como: “Bandas. Orquestras. Conjuntos de música popular. Grupos de câmara. Bandas Militares. Estúdios de gravação. Rádio, televisão e espaços alternativos de interação social, lazer e cultura.” (CNCT, pág 189)

Logo pensar uma separação em cursos em popular e erudito é estar na contramão do mundo trabalho da música. Quem consegue transitar entre o popular e erudito tem mais possibilidades de trabalho

Há dentro dos dispositivos legais, mecanismos de adaptação por meio de diretrizes específicas e que ampliam a dimensão do ensino para além do tecnicismo, mas toda essa organização textual ainda não resolveu um problema urgente no âmbito do CEP/EMB: Como justificar um curso profissional técnico de nível médio que tem um índice pequeno de formandos? A procura pela escola de música é imensa, mas do outro lado saem poucos formandos, segundo dados coletados nas entrevistas.

Por sua natureza, a formação artística leva tempo de laboração e conjugação de saberes emocionais e lógicos, como prever numa matriz curricular a formação emocional que assegure o equilíbrio entre o lógico e o subjetivo, que são fundamentais para uma boa performance musical?

Dentro da percepção da minha realidade musical, como performer na área de percussão, a fala de um dos entrevistados resume bem a investigação deste trabalho, quando ele traz a visão do mundo do trabalho sobre o músico -percussionista:

“de um profissional seja capaz de atuar tanto no âmbito erudito em orquestras, como em grupos de música de câmara, quanto tocar bateria em shows de música popular, bem como tocar pandeiro em grupos de regional de choro.” (Entrevistas com ex-alunos, 2017).

O contato constante outros saberes da percussão traz grande benefícios na formação do estudante, pois por meio do contato com instrumentos como a marimba, o xilofone<sup>32</sup> ou o vibrafone<sup>33</sup>, oportunizados pelo curso de percussão erudita, um percussionista popular e um baterista podem solidificar a sua leitura melódica.

Tanto quanto em várias obras para banda sinfônica e para orquestra que fazem uso desse conhecimento polivalente da percussão. Um exemplo disso se dá pelo compositor Camargo Guarnieri em suas *“Variações sobre um tema nordestino, para piano e orquestra”* (1953) donde a instrumentação – Tímpano, caixa clara, tambor militar, pratos e triângulo – ser típica da percussão de orquestra, são utilizadas na condução do ritmo de Baião, como analisado pela publicação *“Percussão Orquestral*

---

<sup>32</sup> Instrumento de Percussão barrafônico com teclado feito de madeira (teclados de percussão).

<sup>33</sup> Instrumento de Percussão barrafônico com teclado feito de metal (teclados de percussão).



Brasileira – Problemas editoriais e interpretativos” de Eduardo Flores Giancesella (2012), onde ele descreve:

“..na Variação V, a partir do compasso 308 até o 320, e depois do compasso 347 ao 356, existe um ritmo de baião que mistura o 2/4 básico com alguns compassos em 3/4, e que é apresentado na percussão da seguinte maneira (em 2/4): o triângulo toca os contratempos, os tímpanos tocam as primeiras e quartas colcheias do compasso, e o ritmo básico da zabumba (que é o instrumento de percussão mais característico do baião) está dividido entre os dois tambores, sendo o ritmo da baqueta macia ( que normalmente toca o som grave – colcheia pontuada e semicolcheia) tocando o *tamburo rullante*<sup>34</sup> e os contratempos (que são o ritmo tocado pelo bacalhau, a vareta tocada na pele oposta, de som agudo e brilhante) são executados pelo *tamburo militare*<sup>35</sup>.” (Giancesella, pág 30 . 2012).

Fica evidente dentro desta exposição acima, que uma formação onde o estudante tem contato com o instrumento zabumba pode atuar como um facilitador na performance desta obra orquestral. A percepção de como os sons são articulados entre os tambores (caixa clara e tambor militar) a fim de emular o som da zabumba, se tornam fundamentais a para executar com fidelidade o que o compositor idealizou para o trecho descrito, bem como trazer o “sotaque” e o “balanço” do ritmo de baião desta variação.

Outro exemplo da constante polivalência percussiva é a “*Cadência para berimbau*” de Ney Rosauro (1981) – “Esta obra é basicamente um solo de berimbau acompanhado de marimba, congas ou bongôs e surdo” (tocado de uma forma estilizada no lugar da zabumba)” [...] “A melodia e ritmo da obra ilustram a atmosfera da capoeira” (Fraga, 2005). Evidenciando, que no repertório de um compositor consagrado dentro da âmbito da música erudita, como o Ney Rosauro, se faz constante o diálogo dentre os diversos universos da percussão.

---

<sup>34</sup> Caixa Clara.

<sup>35</sup> Tambor Militar.

Quanto à bateria, há obras sinfônicas donde esta é solista, dentre as quais destaco o “*Concerto de bateria*” (<https://www.youtube.com/watch?v=0yTe0ox60tU>) do Pixinguinha – composta por volta de 1947, segundo o site<sup>36</sup> do Acervo Pixinguinha/IMS<sup>37</sup> - em que a bateria é acompanhada pelos instrumentos: trompetes, trombones, saxofone, violinos, violas, contrabaixo, piano, flautas e flautins. Neste concerto, o baterista toca diversos tipos de sambas para a bateria acompanhando a orquestra e também solando. Logo, em uma situação de trabalho, um concerto como esse, pode estar dentro de um repertório cotidiano de uma orquestra sinfônica por sua instrumentação característica, e um percussionista do naipe de percussão, de verá estar habilitado a atuar tocando os diversos tipos de samba para bateria, tais como o “*Samba – batucada*”, o “*Samba-canção*”, o “*Samba – Cruzado*” e outros.

Outras obras que posso citar que conjugam diversos saberes percussivos são:

- “Batuque” (1888) - Alberto Nepomuceno;
- “Museu da Inconfidência” (1972) – César Guerra-Peixe;
- “Maracatu de Chico Rei” (1932-3) – Francisco Mignone;
- “Frevo” (original para piano, 1953. Versão orquestral, 1982) – Claudio Santoro;
- “Candelárias – uma abertura trágica” (1994) – Rubens Russomano Ricciardi.

A conjugação dos saberes percussivos são uma constatação no mundo do trabalho para o músico percussionista, tanto no que tange a música popular bem como à música erudita, ainda mais no Brasil, em que a matriz de nossa música é essencialmente percussiva. Uma fragmentação de conhecimento constitui uma problemática na formação do estudante e como já exposto, o que se espera deste futuro profissional é que este seja capaz de atuar com propriedade, consciência e consistência em diversos contextos musicais, sejam eles populares ou eruditos.

Por consequência disso, este estudante acaba que por outros meios, fora da instituição, ampliando seus conhecimentos na percussão, procurando preencher as lacunas na sua formação em outros espaços de música, sejam estes informais ou formais.

---

<sup>36</sup> <https://pixinguinha.com.br/discografia/concerto-de-bateria>

<sup>37</sup> Instituto Moreira Salles.

Por consequência dessa separação de itinerários formativos dentro do Núcleo de Percussão do CEP/EMB, os cursos cumprem parcialmente com a formação dos estudantes uma vez que grande parte destes não chegam a finalizar os mesmos, por conta das problemáticas apontadas pelo corpo docente e discentes:

- Curso ainda extenso e pouco afinado com a realidade do mundo do trabalho;
- Poucas oportunidades de transatividades entre os saberes;
- Em alguns pontos pouco aprofundado, em outros aprofundado demais;
- Espaço limitado para a prática dos saberes formais, informais e de cunho popular;
- Espaço físico limitado da escola, inviabilizando a convivência constante dos estudantes do núcleo e para a integração dos saberes;
- Currículo ainda anacrônico e em processo de reformulação;

O CEP/EMB, dentro de suas atribuições, deve oportunizar esta formação ampla ao estudante de percussão. Em um mundo cada vez mais globalizado, com um mercado musical cada vez mais diverso, uma limitação em seu campo de atuação apenas na área do popular ou do erudito, coloca este à margem de diversas oportunidades de trabalho.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35.

ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

LEI No 3.857, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1960. Presidência da República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Cria a Ordem dos Músicos do Brasil e Dispõe sobre a Regulamentação do Exercício da Profissão de Músico e dá outras Providências. Link: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l3857.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3857.htm)

DECRETO Nº 5.154 DE 23 DE JULHO DE 2004. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Link: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm)

LEI Nº 11.741, DE 16 DE JULHO DE 2008. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Link: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm)

LEI Nº 12.513, DE 26 DE OUTUBRO DE 2011. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, no 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e no 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências. Link: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm)

Resolução Nº 6, de 20 de Setembro de 2012 (\*) Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Define diretrizes curriculares nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio;

Regimento Escolar Centro de Educação Profissional Escola de Música de Brasília CEP/EMB, Brasília 2015;

Projeto Político Pedagógico do Centro de Educação Profissional Escola de Música de Brasília CEP/EMB, Brasília 2016;

Guia PRONATEC de Cursos FIC. Primeira edição/2011. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica ;

Guia PRONATEC de Cursos FIC. Quarta edição/2016. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;

CNCT (Catálogo Nacional de Cursos Técnicos). Terceira edição/2016. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica;

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações. Portaria nº 397, de 09 de outubro de 2002. Ministério do Trabalho. 2017;

Portaria MEC nº 12/2016. Ministério da Educação. Aprova a quarta edição do Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada- FIC.

Plano de Curso Técnico em Instrumento Musical – Percussão Erudita, Centro de Educação Profissional Escola de Música de Brasília CEP/EMB, Brasília 2015;

Plano de Curso Técnico em Instrumento Musical – Percussão Popular, Centro de Educação Profissional Escola de Música de Brasília CEP/EMB, Brasília 2015;

Plano de Curso Técnico em Instrumento Musical – Percussão Erudita, Centro de Educação Profissional Escola de Música de Brasília CEP/EMB, Brasília 2015;

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 - última atualização por meio da Medida Provisória nº 746, 2016;

Plano de Curso Básico Instrumental - Música Popular, Educação Profissional Escola de Música de Brasília CEP/EMB, Brasília 2013;

Plano de Curso Básico Instrumental - Música Erudita, Educação Profissional Escola de Música de Brasília CEP/EMB, Brasília 2013;

Currículo em Movimento da Educação Básica, Educação Profissional e a Distância. Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEDF;

Ministério da Educação - Educação Profissional. Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico. Brasília-DF, 2000.

Site: <http://portal.mec.gov.br>

Site: <http://www.mtecbo.gov.br>

TARDIF, Maurice – Saberes Docentes e Formação Profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHIZZOTTI, A. (1992): O cotidiano e as pesquisas em educação. In: I. Fazenda (Org): *Novos enfoques da pesquisa educacional*, 2. Ed., São Paulo: Cortez Editora, 1992, p. 85-98.

\_\_\_\_\_. Música, cotidiano e educação. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação do Instituto de Artes da UFRGS, 2000a.

\_\_\_\_\_. A experiência musical cotidiana e a pedagogia. In: Souza, Jusamara. (Org.) *Música, cotidiano e educação*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação do Instituto de Artes da UFRGS, p.33-43, 2000b

DEL BEN, Luciana; HENTSCHE, Liane. Educação musical escolar: uma investigação a partir das concepções e ações de três professoras de música. *Revista da ABEM*, Porto Alegre, V. 7, 49-57, set. 2002.

FRAGA, Eduardo Túlio – O Idiomatismo nas Composições para Percussão de Luiz D'anunciação, Ney Rosauero e Fernando Iazzetta: Análise, Edição e Performance de Obras Seleccionadas. Trabalho Final (artigo e recital) apresentado ao Curso de Mestrado em Música da Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás, 2005.

GIANESELLA, Eduardo Flores. *Percussão Orquestral Brasileira: problemas editoriais e interpretativos* / Eduardo Flores Giancesella . São Paulo: Editora Unesp, 2012.